



1
A-X
g

Ata Número Treze

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas dezassete horas e quarenta e quatro minutos, reuniu ordinariamente, na sala polivalente do Museu Carlos Reis, (Casa da Lagartixa), na Lousã, a Assembleia Municipal com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:**-----

1 – Apreciação de uma informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal; -----

2 – Apreciação e votação da proposta de autorização prévia para repartição de encargos plurianuais da empreitada “Requalificação e conservação de rede viária municipal” – ratificação; -----

3 – Apreciação e votação da proposta de autorização prévia para repartição de encargos plurianuais para a realização da Empreitada “Requalificação de habitações no Bairro dos Carvalhos – BNAUT” – ratificação; -----

4 – Apreciação e votação da proposta de adesão do Município da Lousã à Rede de Autarquias Participativas; -----

5 – Apreciação e votação das Demonstrações Previsionais (Orçamento e Grandes Opções do Plano) para o ano de 2024; -----

6 – Apreciação e votação da proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2024; -----

7 – Apreciação e votação da proposta de fixação das taxas do imposto municipal sobre imóveis (IMI) para o ano de 2024; -----

8 – Apreciação e votação da proposta de aprovação da participação variável no IRS para o ano de 2024; -----

9 – Apreciação e votação da proposta de aprovação do lançamento das taxas de derrama para o ano de 2024; -----

10 – Apreciação e votação da proposta de aprovação da fixação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2024. -----

h
m
a



A Senhora Presidente da Mesa deu início aos trabalhos apresentando cumprimentos a todos os presentes, dando nota de que a comunicação social ainda não está presente, aguardando que, entretanto, chegue. Seguidamente, começou os trabalhos dando posse a João Alberto Carvalho Fernandes, em consequência da renúncia de mandato da cidadã Ana Filipa Alves de Matos Marques e de Ana Filia Vidal Francisco Simões, dado ser o cidadão posicionado imediatamente a seguir na ordem da lista apresentada pelo Partido Socialista, expressamente eleita no dia vinte e seis de setembro do ano de dois mil e vinte e um, cuja ata fica apensa a este livro de atas como Anexo – (doc. nº 1 (um)). Dando continuidade ao ato, convidou o membro agora empossado a tomar o seu lugar nesta Assembleia Municipal dizendo ser muito bem-vindo, e formulando votos de bom trabalho e das maiores felicidades no cargo. Informou, ainda, que o Senhor Vereador do Executivo Municipal **Victor Carvalho** faltou à sessão, justificadamente.-----

CHAMADA: -----

Feita a chamada verificou-se a ausência de Pedro Santos que justificou a falta e foi legalmente substituído por Isabel Seco que justificou a falta e foi legalmente substituída por António Rodrigues que justificou a falta e foi legalmente substituído por Renato Ferreira que justificou a falta e foi legalmente substituído por Ana Araújo que justificou a falta e foi legalmente substituída por José Moreira que justificou a falta e foi legalmente substituído por Dilene Gonçalves que justificou a falta e foi legalmente substituída por Pedro Martins que justificou a falta e foi legalmente substituído por Ana Margarida Santos que justificou a falta e foi legalmente substituída por Luís Henrique Duarte, Ana Bandeira que justificou a falta e foi legalmente substituída por Sara Antunes, do Partido Socialista; a ausência de Maria Antunes que justificou a falta e foi legalmente substituída por Paulo Correia



que justificou a falta e foi legalmente substituído por António Carvalho, Daniela Guerreira que justificou a falta e foi legalmente substituída por Susana Barata que justificou a falta e foi legalmente substituída por Jorge Pratas que justificou a falta e foi legalmente substituído por Daniela Santos, Carolina Cabral Henriques que justificou a falta e foi legalmente substituída por Rui Morais, da Coligação “É Hora de Mudar” PPD/PSD-CDS/PP e Paulo Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Serpins que justificou a falta e foi legalmente substituído pelo Secretário Executivo Tiago Adelino. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Inscrições: Mário Rui Simões Joaquim e António Paulo Xavier Magro. -----

1. Mário Rui Simões Joaquim interveio para questionar o que é que a Câmara Municipal da Lousã pretende fazer pela limpeza da sua floresta, que é uma riqueza imensa e, sobre a circulação viária, criticou o facto da Lousã funcionar em razão inversa de todas as outras vilas, enquanto umas retiram o trânsito do centro para não incomodar, a Vila da Lousã, está a fazer exatamente o contrário, não entendendo o motivo. -----

2. António Paulo Xavier Magro começou por apresentar cumprimentos e endereçar boas festas a todos. Seguidamente criticou a redação do Edital dizendo que não sabe se foi lapso ou por termos legais, pelo facto de que não contemplar a participação do público na sessão, por curiosidade disse ter ido consultar o regimento, mas verificou que ainda não se encontra atualizado. Assim, questionou a **Senhora Presidente da Mesa** e os líderes dos Grupos Municipais se se sentem satisfeitos por estarem a trabalhar sob as orientações de um regimento anterior ao início deste mandato e em coordenação com as respetivas leis. Referindo-se ao Condomínio de Aldeias – “programa de apoio às aldeias localizadas em território da floresta”, recordou que houve quatro avisos nos anos de 2020 a 2023. Afirmou ter conhecimento de que a Câmara Municipal no ano de 2020, apresentou um projeto para quatro aldeias da Serra



da Lousã: Casal Novo, Talasnal, Catarredor e Cerdeira e que foi assinado o acordo desse financiamento, num valor que ronda os 49 mil euros e em 2021 iniciaram-se os trabalhos, nomeadamente: a construção de muros por causa dos socalcos, gestão da faixa de combustão em redor dessas aldeias e, junto ao Talasnal após a limpeza da infestante acácia, estava previsto fazer a plantação de trezentos castanheiros. Posto isto, perguntou ao **Senhor Presidente da Câmara**, quem é que fez as obras anunciadas e se efetivamente foi concretizada a plantação dos castanheiros. Perguntou, também, se nos anos seguintes e aproveitando estes fundos, o município se candidatou a mais algum projeto, uma vez que a Serra da Lousã tem mais aldeias para além destas. A concluir, questionou se existe alguma previsão da elaboração de regulamento próprio de serviço da APIN, que não contempla as águas pluviais, uma vez que a saída do Município de Penacova da APIN está para breve, e era necessária a unanimidade de todos os municípios para o efeito, realçando que esta empresa intermunicipal se tem vindo a reger pelo regulamento de Góis que contempla as águas pluviais. Terminou a sua intervenção formulando votos de Boas Festas a todos.-----

A Senhora Presidente da Mesa esclareceu que não houve lapso na elaboração do Edital, antes, porém foi retirado o parágrafo que se reportava ao período de inscrições do público decorrentes das restrições provocadas pela pandemia da Covid-19, não fazendo sentido, neste momento, manter essa metodologia, porque todos os cidadãos têm acesso às sessões deste órgão por se tratar de reuniões públicas de acordo com o regimento e legislação em vigor e, por outro lado, as inscrições surgiam no próprio dia. Realçou que em qualquer sessão ordinária ou extraordinária, há sempre lugar à intervenção do público. Quanto ao novo regimento, esclareceu que a Comissão constituída pela Assembleia Municipal para este efeito, tem reunido com alguma regularidade, estando prevista, inclusivamente, uma reunião



h
Ant
q

para breve, a fim de se poder apresentar a versão atualizada e referente a este mandato.-----

Seguidamente, e após os esclarecimentos tidos por conveniente, passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** a fim de prestar as informações tidos por conveniente.-----

O **Senhor Presidente da Câmara** começou a sua intervenção saudando a todos os presentes com votos de Boas Festas e endereçou votos de bom trabalho ao novo empossado. Informou que o **Senhor Vereador João Santos** não estava presente na sessão por se encontrar em representação do município em Castro d'Aire. Relativamente às questões colocadas pelos munícipes, começou por informar que a esmagadora maioria da área da florestal não é propriedade da Câmara Municipal, antes, porém de entidades privadas ou outras entidades de cariz público. Relativamente a operações que têm como objetivo a preservação da área florestal, informou que a Câmara Municipal realiza, anualmente, um investimento na faixa de gestão de combustível, e em articulação com as Juntas de Freguesia, através da contratação das máquinas da Dueceira é executado um trabalho de manutenção e de melhoria/criação de caminhos florestais que permitam uma maior acessibilidade às áreas florestais mais próximas dos aglomerados populacionais. Deu nota de que a Câmara Municipal tem vindo a apresentar um conjunto de candidaturas, nomeadamente as designadas "condomínio de aldeia", no sentido de garantir melhor condições de preservação das aldeias e sua envolvente e uma candidatura para um "parque de Biomassa no Concelho, onde seja possível depositar os resíduos resultantes das operações de limpeza de gestão e manutenção florestal e consequente valorização desses mesmos resíduos florestais. Relativamente à área central da Serra da Lousã, a Câmara Municipal está a apoiar e a acompanhar a Área Integrada da Gestão da Paisagem, adiante designada por AIGP, onde será

h
A
Ar



possível apoiar um conjunto de ações importantes na gestão florestal e na perspectiva da preservação e da valorização da área que corresponde à AIGP. Deu nota que na "Mata do Sobral" foi executado nos últimos anos um processo de regeneração com várias vertentes, incluindo a plantação de várias espécies autóctones, em conjugação com a Junta de Freguesia de Serpins e a Entidade Gestora dos Baldios de Serpins, todavia, foi alvo de um impacto negativo com a ocorrência do incêndio do ano de 2017. Como exemplo de algumas ações disse que este ano, só nas faixas de gestão de combustível foram investidos pela Câmara Municipal cerca de 180 mil euros. No que diz respeito às questões do trânsito, informou que têm sido implementadas algumas medidas no sentido de restringir o acesso de viaturas pesadas, e prevê-se que, futuramente, e no âmbito do regulamento de trânsito, sejam definidos horários para a circulação de viaturas pesadas, cargas e descargas e ao abastecimento que é feito a alguns estabelecimentos comerciais ou de atividades de outra natureza e de serviços. Sobre o "condomínio de aldeias", confirmou que a ação foi executada, corrigindo que a aldeia da Cerdeira não foi incluída, mas sim, a aldeia do Vaqueirinho. As obras foram executadas por Santos Neves & António Correia Lda., de acordo com o que está definido através de concurso e foram vistoriadas pelas entidades que as financiam e a Câmara Municipal continua a apresentar candidaturas para este fim, nomeadamente à mancha da AIGP, e ainda outra na freguesia de Foz de Arouce e Casal de Ermio. Sobre a saída do Município de Penacova da APIN, o Tribunal não validou a contestação apresentada e deu razão aos pressupostos apresentados pela empresa intermunicipal, decidindo nesse sentido. Disse que o montante é superior a 6 milhões de euros e neste momento existe a necessidade de proceder ao encontro de contas pelas responsabilidades assumidas por cada uma das partes, trabalho este que está a ser desenvolvido. Informou que se perspectiva a breve prazo o novo regulamento, conforme foi dito pelos responsáveis da



b
A7.
a

APIN, na assembleia em que estiveram presentes, trabalho este que, também, tem vindo a ser desenvolvido. Relativamente às águas pluviais, esclareceu que nunca existiu qualquer confusão. A responsabilidade das águas pluviais é de cada um dos municípios, contudo, existiram empreitadas lançadas e desenvolvidas pela APIN que englobavam, também, águas pluviais e, em função das áreas a intervir tecnicamente, era mais ajustado em termos temporais de intervenção, ser compatibilizada, quanto aos valores estabelecidos, os municípios assumiram o encargo dessa empreitada que dizia respeito à intervenção de águas pluviais e tem sido concretizado desta forma.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

CORRESPONDÊNCIA: -----

A Senhora Presidente da Mesa passou a dar conhecimento aos membros da Assembleia Municipal de toda a correspondência rececionada desde a última sessão de setembro, até ao momento: -----

1 – No dia 12 de outubro foi rececionado um email da Fundação Mário Soares e Maria Barroso a informar do centenário do nascimento de Mário Soares que é no dia 7 de dezembro de 2024 e a convidarem à apresentação de eventuais iniciativas para constar do programa que se vai estender de 2024 a 2025. Aproveitou para deixar o repto para o caso de algum dos membros da Assembleia Municipal estiver interessado em apresentar alguma iniciativa, poderá fazê-lo; -----

2 – No dia 16 de outubro foi rececionado um email, respeitante à moção aprovada neste órgão deliberativo, em junho, intitulada "pela melhoria das acessibilidades ao Concelho da Louçã", vindo da Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação que lhe foi enviada pelo Senhor Presidente da República, por entender que se enquadrava melhor no âmbito das suas competências e, dando nota de que o documento, foi distribuído aos

h
A
A



vários deputados da Comissão para os efeitos que entenderem por convenientes;-----

3 – No dia 11 de novembro, foi rececionado um email da Senhora Ana Marta Louro, dirigido ao Senhor Presidente, relativo ao assunto “montaria – Serra da Lousã”, no dia 6 de janeiro de 2024;-----

4 – No dia 18 de novembro, foi rececionado um outro email, sobre o mesmo assunto, em nome de Margarida Mouro de Oliveira; -----

5 – No dia 20 de novembro, foi rececionado um ofício do Chefe de Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro a acusar a receção da moção “pela redução do IVA nas refeições escolares e na eletricidade”;-----

6 – No dia 16 de novembro, sobre o mesmo assunto, foi rececionado um email do Senhor Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PSD, Dr. Francisco Figueira, a acusar a receção da moção “pela redução do IVA nas refeições escolares e na eletricidade” e a dar conhecimento que a mesma mereceu a melhor atenção por parte do Grupo Parlamentar;-----

7 – No dia 21 de novembro, foi rececionado um email do Grupo Parlamentar do PCP, exatamente nos mesmos moldes; -----

8 – No dia 22 de novembro, foi rececionada uma comunicação do Senhor Presidente da Assembleia da República, Dr. Augusto Santos Silva, a dar conhecimento que enviou a moção aos deputados da Comissão de Orçamento e Finanças;-----

9 – No dia 23 de novembro, foi rececionada uma comunicação do Senhor Chefe da Casa Civil, sobre a mesma moção, a acusar a receção deste documento;-----

10 – No dia 10 de novembro, foi rececionado um ofício da Senhora Presidente da Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local, Deputada Isaura Morais, a solicitar no prazo de 30 dias, a junção de vários elementos indispensáveis à conclusão do procedimento da proposta da desagregação da União de Freguesias de Lousã e Vilarinho, ou seja, foi



h
Ang.
gr

508

solicitado à Junta de Freguesia juntar ao processo: projeções orçamentais, no mínimo a 2 anos para as duas freguesias a criar e a última conta de gerência da União de Freguesias que tinha servido de base juntamente com outros elementos informativos para elaborar as projeções orçamentais. Informou que foi remetido à Senhora Presidente de Junta de Freguesia, apesar de, ter igualmente recebido o mesmo pedido por email e, no dia 5 de dezembro, a Senhora Presidente de Junta de Freguesia respondeu e, no mesmo dia, foi enviado por email e via CTT para esta Comissão estes elementos que eram solicitados. Informou, também, que no mesmo dia foi rececionado um email a informar que receberam toda a documentação. Adiantou que, qualquer membro da assembleia que quiser consultar o processo, poderia fazê-lo a qualquer momento.-----

11 - Informou, ainda, que deu entrada fora do prazo estipulado no regimento, uma moção subscrita pelo BE e que a mesma será alvo de análise na próxima sessão.-----

VOTAÇÃO DE ATAS:-----

Colocadas à votação as atas das sessões ordinárias números onze e doze, realizadas, respetivamente, em vinte e nove de junho e vinte e sete de setembro, foram ambas aprovadas por unanimidade pelos membros que estiveram presentes não tendo participado na votação os membros que delas não fizeram parte. -----

Inscrições para o período Antes da Ordem do Dia: -----

Inscrições: Luís Martins, João Curvelo, Nelson Lopes, António José Gonçalves, Patrícia Ramalheiro, Henrique Duarte, Maria Fernanda da Franca, Marco Aurélio Sequeira, santinho Antunes e Joel Fernandes. -----

Luís Martins, prescindiou da palavra.-----

João Curvelo, prescindiou da palavra.-----

Handwritten signature in blue ink.



Nelson Lopes iniciou a sua intervenção apresentando cumprimentos e felicitações natalícias a todos. Seguidamente e no âmbito da união de esforços que faz parte da matriz deste executivo, destacou o vasto programa de atividades com que foram presenteados nesta época festiva. Citando: “as inúmeras e variadas atividades e iniciativas promovidas pela autarquia ou organizadas em parceria com outras Associações do Concelho, proporcionam bons momentos de animação e convívio na comunidade, atraem cada vez mais visitantes ao nosso Concelho e são também um importante e tão necessário estímulo ao comércio da Louçã. Neste mês de dezembro, além da já habitual iluminação natalícia, temos tido Mercados de Natal, temos a possibilidade de usufruir de inúmeras e variadas atividades culturais e desportivas, contamos com uma interessante animação de rua e com o importante estímulo ao comércio local através do já habitual sorteio de Natal. Tudo isto que aqui referi é de extrema importância para a atratividade do Concelho, para a animação e a promoção do convívio entre a população e para o tão necessário estímulo ao nosso comércio e empresas e, simultaneamente, representa bons exemplos de parcerias e cooperação entre o Executivo e as Associações Locais. Mas, no meu ponto de vista, importa que, nesta conjuntura difícil e complexa, ninguém fique para trás e sei que o Executivo partilha desta preocupação e por isso. Pergunto ao **Senhor Presidente da Câmara**, quais as medidas previstas pela autarquia para que, dentro das circunstâncias e do contexto económico que vivemos, se possa proporcionar um melhor Natal às famílias mais vulneráveis do nosso Concelho. Uma segunda nota e, no seguimento da abordagem que foi feita aqui no início, a APIN, designadamente à suposta saída do Município de Penacova, pergunto ao **Senhor Presidente** se existe alguma perspetiva de outro município vir a ocupar o lugar deixado agora vago pelo Município de Penacova, uma vez que, de acordo com algumas notícias que têm vindo a público, percebe-

se que alguns municípios da região perceberam agora as vantagens de estarem agregados num sistema intermunicipal." -----

António José Gonçalves usou da palavra começando por se referir às más condições acústicas da sala e apelou para que, futuramente, esta situação fosse acautelada. Sendo a última sessão da Assembleia Municipal do ano de 2023, endereçou votos de Boas Festas a todos, todavia, na sua perspetiva "esta assembleia está cada vez pior" porque, para além de não ser transmitida pela rede social Facebook, nem a imprensa está presente, questionando de que forma é que a informação chegará ao destinatário. Citando: "não posso deixar esta oportunidade de dizer que, infelizmente, não temos governo. Não temos governo, porque o PS não é sério para quem vota neles, não é perante mim que não voto neles, eu voto no PSD, orgulhosamente. O PS, teve uma oportunidade com maioria absoluta, em cerca de ano e meio, cerca de dezasseis demissões e deu no que deu. Aproxima-se uma pessoa que parece, ao que tudo indica, irá ganhar – Pedro Nuno Santos, que foi uma das demissões. O PS poderia aproveitar para limpar de uma vez por todas os seus tóxicos, mas, se este indivíduo ganhar, vamos continuar na mesma. Se o Partido Socialista ganhar, vamos ver quanto tempo é que vai durar, até que o PS resolva fazer uma limpeza. Eu não podia deixar, peço-vos imensa desculpa, não podia deixar de falar nisto. O Partido Socialista não é sério, infelizmente, tem pessoas sérias que insistem em votar no PS." Seguidamente, deu nota de que a árvore Freixo, no lugar do Freixo, foi finalmente cortada dando razão à Coligação "É Hora de Mudar" PPD/PSD-CDS/PP, não sendo necessário efetuar estudo nenhum porque se via que a árvore estava em riscos de cair. Perguntou ao **Senhor Presidente da Câmara** o seguinte: se está prevista uma nova plantação de freixo, visto aquele local ser privado; quando é que serão substituídas as placas na Rua Dr. Pires de Carvalho e na Rua do Comércio, em virtude das que estão colocadas estarem partidas e com buracos, tornando-se perigoso quem por elas circulam

h.
AEX
A



e para quando é que está prevista a iniciação da obra de taludes e os passadiços da estrada da Senhora da Piedade.-----

Patrícia Ramalheiro, usou da palavra saudando a todos os presentes e reportando-se à "educação de qualidade para todos". Afirmou que a autarquia tem investido, anualmente, cerca de 2 milhões de euros que estão em linha com as políticas educativas e sociais contribuindo para a promoção da coesão social e reforçando a Lousã como território inclusivo. Salientou os seguintes investimentos nas crianças e jovens Lousanenses: entrega de computadores, kits de teclado e ratos ao Agrupamento de Escolas da Lousã, adiante designado por AEL com o objetivo de reequipar as salas de aula, aquisição dos cartões escolares e complementos informáticos que rondam na ordem dos quinze mil e quinhentos euros. Ainda no âmbito da Educação, referiu-se ao recurso pedagógico escola virtual que foi oferecido aos alunos do AEL e que rondou os vinte e dois mil euros. Realçou que grande fatia destes investimentos feitos, têm sido, igualmente, direcionados para as refeições escolares desde o ensino pré-escolar até ao secundário. Enunciou os lanches, a fruta escolar, transportes, atividades de animação e o apoio à família, a atribuição das fichas e material escolar que abrangeu 550 alunos do AEL e que rondou os 26 mil e oitocentos euros. Houve, também, a substituição do mobiliário nos refeitórios e nas escolas, principalmente nos jardins-de-infância, que abrange a rede pública e que já teve a primeira fase de requalificação de início no jardim- de- infância do Freixo e de Serpins, sendo um investimento que ascende a vinte mil euros. -----

Henrique Duarte, tomou a palavra apresentando cumprimentos a todos. Em seguida, reportando-se à temática onde os mais jovens são atraídos para as grandes cidades, por motivos diversos: pessoais e/ou profissionais, enalteceu a importância de refletir sobre o quanto o Concelho da Lousã é altamente promissor para oferecer qualidade de vida a estas faixas etárias. Realçou que a Lousã tem o que é preciso, destacando a habitação, educação e estado



b
m
g

social que devem ser uma garantia para a qualidade de vida de qualquer cidadão. Afirmou que um concelho que faz esta valorização está no rumo certo. Deu nota da oferta educativa do concelho em franco crescimento na última década e que atrai cada vez mais jovens que pretendem ingressar no ensino superior e entrar no mercado do trabalho, tratando-se de uma prioridade e investimento direto das famílias Lousanenses. Disse que a fixação dos jovens é uma tarefa árdua e só pode ser alcançada com políticas públicas sustentáveis e racionais com soluções ponderadas e postas em prática como tem vindo a ser hábito por parte do Executivo Municipal do Partido Socialista.-----

Maria Fernanda da Franca usou da palavra começando por cumprimentar a todos. Seguidamente, e na sequência da sessão anterior, referiu-se ao facto do Grupo Municipal da Coligação "É Hora de Mudar" PPD/PSD-CDS/PP, ter apresentado uma moção em defesa da Serra da Lousã – Silveira, S. Lourenço, tendo sido aprovada por maioria e concomitantemente requerido ao Município da Lousã a disponibilização de uma lista de toda a documentação com projetos, licenças, processos de contraordenação, queixas crime e outros documentos relevantes relacionados com a referida moção, bem como a autorização para consulta dos mesmos. Referiu que **Joel Fernandes**, líder do Grupo Municipal do PS em resposta, manifestou não concordar com os pressupostos, considerandos, mas que, todavia, não iria inviabilizar um pedido de acesso à informação. Acrescentando que este pedido poderia ser efetuado por outros meios como previa o regimento através de um qualquer membro da Assembleia Municipal. Frisou que, até ao momento, não foi disponibilizado de qualquer forma, a nenhum membro da assembleia, nem foi dada a oportunidade de analisar qualquer documento. Aproveitou o momento para questionar o **Senhor Presidente da Câmara** do motivo e dificuldade desta omissão, porque passados três meses, o pedido ainda se encontra por responder. Referindo-se à intervenção do **Senhor Presidente da**

h
K
Q



Câmara, ripostou que o mesmo afirmou que a Silveira de Baixo não faz parte da rede das aldeias de xisto, *"adiantando ser esta contextualização pertinente."* Deu conhecimento ao **Senhor Presidente da Câmara** que tem conhecimento, através do site das Aldeias do Xisto, que são 27 aldeias, estando 12 localizadas na Serra da Lousã, enunciando cada uma delas. Afirmou ainda que do PDM da Lousã resulta outra informação, entendendo a resposta prestada como inexata. Acrescentou que o Grupo Municipal da Coligação "É Hora de Mudar" PPD/PSD-CDS/PP, não tem conhecimento de qualquer alteração no que diz respeito ao PDM, motivo pelo qual solicitou que fosse clarificada esta dúvida ou lapso de procedimento na expectativa de que não venha a incorrer em fiscalização por parte da Câmara Municipal sobre atos decorridos na Silveira de Baixo, uma vez que faz parte do PDM da Lousã. Questionou, ainda, para quando está prevista a conclusão das obras da Metro Mondego e do Cineteatro da Lousã. Teceu alguns comentários relativamente à falta de iluminação de Natal, nomeadamente na Avenida principal e à Zona Histórica da Vila da Lousã que *"também se mantém na sua saudade e tristeza, porque é uma desgraça, para nós mais velhos que vivemos nesta Lousã, como eu, ver a degradação daquela Rua do Comércio onde já foi investido muito dinheiro."* Concluiu a sua intervenção endereçando votos de Boas Festas Natalícias a todos os presentes.-----

Marco Aurélio Sequeira, interveio, depois de cumprimentar a todos, para evidenciar algum trabalho desenvolvido na área da juventude, nomeadamente: o mais recente projeto intermunicipal entre jovens, participação e comunidades. Disse que se trata de uma parceria entre a ACTIVAR e os Municípios da Lousã, Góis, Miranda do Corvo e Vila Nova de Poiares, tem como principais objetivos a capacitação de jovens para uma participação ativa na sociedade e na vida democrática, bem como, a reflexão sobre estes territórios que acabam por ter, em vários aspetos, problemas e realidades semelhantes. Destacou que o Município da Lousã, foi



h
g

um dos quatro convidados a partilhar as suas boas práticas no Fórum Nacional de Juventude, onde foi abordado o trabalho realizado no ciclo de diálogos de Voz Jovem, projeto realizado em parceria com o Espaço J da ACTIVAR que contou com o contributo do Conselho Municipal da Juventude com a participação total de mais de 360 jovens. Deu nota de que nestes diálogos foram levantadas um conjunto de preocupações e necessidades dos jovens que serão muito importantes para elaboração do novo Plano Municipal da Juventude. Informou que estes projetos estão incluídos num conjunto de iniciativas e políticas que levam a que a Lousã seja reconhecida na área da juventude, nomeadamente com a distinção "Município Amigo da Juventude Cinco Estrelas" atribuído pela Fnaj – Federação Nacional das Associações Juvenis. Afirmou que, sob o seu ponto de vista, as políticas de participação juvenil são de elevada importância e o Concelho da Lousã está no caminho certo. Concluiu a sua intervenção apresentando felicitações a jovens Lousanenses, Renato Daniel e Sofia Duarte, que foram eleitos e tomaram ontem posse como Presidente e Vice-Presidente, respetivamente, da Associação Académica de Coimbra, endereçando votos de um excelente mandato. -----

Santinho Antunes usou da palavra apresentando cumprimentos a todos os presentes e lamentou o facto de a imprensa não estar presente. Agradeceu o apoio prestado pelo secretariado à Mesa da Assembleia, e líderes dos Grupos Municipais, no que concerne ao pedido de substituições para esta sessão que decorreu de boa forma. Realçou que o motivo que os move é, efetivamente, dar orientações e prestar propostas a fim de melhorarem o funcionamento da assembleia. Deixou uma proposta específica com o pedido de consideração, no sentido de que as intervenções de cada um tenham uma finalidade própria de questionar o **Presidente da Câmara**, porque se forem apenas para aplaudir-lo, poder-se-ão fazer em festas públicas. No seu ponto de vista, questionar o **Presidente da Câmara** é importante, porque "estamos aqui para

isso, para fiscalizar o que se passa no município." Salientou que desde o início do mandato o Grupo Municipal da Coligação "É Hora de Mudar" PPD/PSD-CDS/PP, tem tentado trazer a plenário, propostas para o melhor funcionamento da assembleia e, obrigatoriamente, passar por valorizar a mesma, principalmente quem nela trabalha. Acrescentou que, infelizmente, todos os trimestres têm motivos para apresentar novos apontamentos sobre esta questão que consideram fundamental para todos os membros, apesar de lamentavelmente, disse, apenas o Grupo Municipal da Coligação "É Hora de Mudar" PPD/PSD-CDS/PP, ter vindo a demonstrar o seu descontentamento sobre vários tipos de situações e que, serão hoje repetidas algumas delas. Começou por se referir à publicação do Edital, uma vez que as assembleias são públicas e nem que seja para assistir. Criticou o facto de o acompanhamento dos trabalhos ser cada vez menor, por falta de transmissão, falta de imprensa e a falta de publicação do Edital, seja por que motivo for esse acompanhamento tem de ser feito e a possibilidade deve ser prestada aos munícipes através do que se passa nas sessões. Referiu, também, o direito de oposição de obter, em tempo, os documentos solicitados. Corroborou com **Maria Fernanda da Franca** que na sua intervenção se referiu à ausência de documentos solicitados em sede de moção apresentada, acrescentando, também, a justificação pelo facto de os mesmos não serem enviados. Afirmou que estes não foram os únicos documentos a serem solicitados, porque em seu próprio nome, solicitou o envio da proposta de Revisão do PDM e até ao momento não obteve qualquer resposta, parecendo-lhe uma intenção óbvia de demorar a entregar documentos à oposição. Citando: *"nós temos uma ideia que é o requerimento foi devidamente solicitado em ata, se isto não serve para nada, não estamos aqui a fazer nada, e se não estamos aqui a fazer nada, agradeço que nos avisem, porque é exatamente isso o próximo ponto. O que é que nós estamos aqui a fazer?! Outra das questões que pretendo aqui fazer constar, é publicado na página do Facebook da Câmara*

Municipal da Lousã em 27 de novembro, às 17h48, que me vou escusar a ler na íntegra, mas que se inicia com ... a autarquia da Lousã aprova redução do IMI para 0.39% remetendo logo de seguida para a página da Câmara Municipal sendo que todo o texto é sobre o Orçamento Municipal. Certo é que em nenhum momento da leitura do artigo quer na página do Facebook, quer na página da Câmara Municipal é referido a palavra, a nossa entidade – Assembleia Municipal, em nenhum momento. Isto, é sinceramente uma falta de respeito por esta assembleia, e para todos os seus membros, pois, como todos sabemos cabe à Câmara Municipal elaborar uma proposta que o Executivo aprova ser enviada à Assembleia Municipal, sendo apenas esta que cabe decidir pela sua aprovação ou não. Isto é censurável e esperemos que não se repita, porque constitui desrespeito e má informação, volto a repetir, é lamentar sermos o único grupo a verificar isto, pois parece que estamos aqui hoje a aprovar um orçamento que afinal já foi aprovado. Não estamos aqui a fazer nada, afinal! Por último, referiu-se aos convites efetuados pelo **Senhor Presidente** para iniciativas da Câmara Municipal da Lousã aos membros da assembleia e, particularmente da oposição. Deu nota de que a presença dos membros da oposição nessas iniciativas tem tido sempre muitas nuances, uma foi a reserva de lugar que está a melhorar, sendo um sinal de respeito; outras observam de forma irónica como a censura de fotografias da oposição e hoje, constatou que o Senhor Vereador Ricardo também não é favorecido; a forma como são feitos os convites para estas iniciativas, dando como exemplo o convite para a Feira do Mel e da Castanha, que na sua perspetiva era de dúvida leitura uma vez que não se entendia se era extensível ao jantar e o lapso foi a interpretação que o Grupo Municipal da Coligação “É Hora de Mudar” PPD/PSD-CDS/PP deu ao convite, aproveitou assim para questionar se foi lapso ou intenção. Acrescentou que esta questão tem a ver com uma questão de igualdade para com toda a assembleia porque, tratando-se de dinheiro dos contribuintes devem ser evitados pagamentos a jantares a

h
A
X
R



qualquer membro de eleito local, todavia, em caso de ser do agrado do **Senhor Presidente da Câmara** a presença deste Grupo Municipal a qualquer evento, agradeceu que o faça de forma rigorosa e explicita, a fim de não subsistirem dúvidas, sublinhou, no entanto, que existem para trabalhar, na assembleia e não mais do que isso, sejam onde e em que condições for. -----

Joel Fernandes apresentou cumprimentos e endereçou votos de Boas Festas e a todos os presentes. Seguidamente, deu nota que se está a viver com o governo de gestão provocado por factos que são de todos conhecidos a que se seguirão eleições. Esclareceu e disse que já falou anteriormente sobre o mesmo, todavia e para que seja claro, para si os atos ilícitos não têm partido, nem cor partidária, tem atores e pessoas que os praticam. Esses atores, caso sejam culpados devem ser condenados e penalizados, independentemente de quem seja. No entanto, em um regime democrático como o que se vive deve subsistir a separação de poderes: o poder executivo, o poder legislativo e à justiça o que é da justiça. Realçou que este momento ficará marcado para sempre na história. Enquanto líder do Grupo Municipal do Partido Socialista realçou o legado do que tem sido o governo do PS, liderado pelo Primeiro-Ministro, António Costa. Recordou que durante os seus mandatos houve avanços, tempos difíceis com guerras e pandemia, com crises e que foram suplantados, talvez não da forma perfeita, mas da forma possível. Sublinhou que as instituições têm de assegurar o normal funcionamento e preservar-se de influências externas, sejam elas de que fator sejam, e na sua perspetiva, foi um mau exemplo o que aconteceu. Sublinhou que já há uma penalização, não por quem praticou os atos, mas para o país, dado ser uma situação indesejável para todos, porque havia um governo na Assembleia da República com uma maioria estável e não havia necessidade de isto ter acontecido. Deu nota dos projetos que estão por executar e que afetam, também, o território da Louçã. Será a ação fiscalizadora e reivindicativa desta assembleia que será importante realçar os projetos que têm para o futuro seja

a que governo venha a ser, sejam quer for os eleitos e relembrou os projetos importantes como: o Metro Mondego, um projeto intermunicipal e à escala da Lousã, talvez um dos mais importantes dos últimos tempos, as várias candidaturas para o PRR e outros fundos comunitários pelo que será importante que os próximos eleitos respeitem os compromissos que estes governos de António Costa tiveram para com a Lousã.-----

Concluídas as intervenções para este período a **Senhora Presidente da Mesa** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** a fim de prestar as informações e esclarecimentos tidos por convenientes e oportunos neste período antes da Ordem do Dia.-----

O Senhor Presidente da Câmara começou por pedir a todos compreensão pelo facto do sistema de climatização da sala não se encontrar nas devidas condições. Seguidamente, e pela ordem de intervenções, foi respondendo às observações e perguntas que lhe foram colocadas: referiu-se à questão da animação de Natal dando nota de que o objetivo da Câmara Municipal é introduzir sempre melhorias, pelo que está expetante de que para o ano de 2024 haja uma animação mais significativa do que a deste ano. Relativamente aos apoios aos cidadãos e famílias mais vulneráveis, recordou um conjunto de apoios que a Câmara Municipal presta regularmente e de diferentes formas de expressão com verbas significativas plasmadas em cada orçamento que é apresentada à assembleia. Disse que haverá apoio específico para esta altura do designado "Natal solidário" com o fornecimento de cabazes e vales de compras a cerca de oitenta agregados familiares e o apoio a diversas instituições do Concelho da Lousã, devidamente identificados e encaminhados no âmbito da Rede Social. Relativamente à possibilidade de adesão de novos municípios à APIN, informou que houve algumas abordagens nesse sentido, no entanto, ainda não existe nada de concreto. A informação de que dispõe é da eventual

h
M
Q



constituição de uma empresa intermunicipal com características diferentes das da APIN, apenas circunscrita à distribuição de água, todavia encontra-se em estudo e numa fase embrionária. Adiantou que para o ano de 2024, com maior estabilidade da APIN e com o novo ciclo de fundos comunitários poderá originar algumas alterações. Sobre o freixo que foi abatido de acordo com um estudo feito por um organismo da Universidade de Coimbra, informou que está a ser desenvolvido um trabalho com acompanhamento técnico/científico, no sentido de plantar um novo freixo, no Jardim-de-Infância do Freixo. Na via de circulação rodoviária da Rua do Comércio, tem vindo a ser feita a substituição e o assunto está devidamente identificado, pelo que agradeceu a chamada de atenção para esta necessidade. No que diz respeito à estrada de acesso ao Castelo – Senhora da Piedade, informou que está a decorrer o procedimento de contratação pública, seguindo-se a análise das propostas e, posteriormente a tramitação processual até à consignação, partindo desta data o prazo de concretização da obra. Foram enunciados alguns exemplos do investimento da Câmara Municipal na área da Educação e existe um conjunto de outros cujo objetivo é a sua concretização, no sentido de melhorar as condições de funcionamento e estimular o processo de ensino e aprendizagem. No âmbito do acesso à habitação, informou que a Câmara Municipal está a executar trabalho com três operações no momento, loteamentos e aquisição de um imóvel para criação de Unidades de Alojamento no âmbito do arrendamento a custos controlados, ou renda acessível. Relativamente à aludida moção e processo de documentação relacionada com o tema, deu nota de que será tudo fornecido logo que o pedido chegue à Câmara Municipal. Quanto à questão de a Silveira de Baixo não pertencer à rede de Aldeias de Xisto e estar classificada no PDM – Plano Diretor Municipal, afirmou tratar-se de duas substâncias distintas e reiterou que disse na reunião da Assembleia Municipal de setembro, citando “a Silveira de Baixo não pertence à Rede das Aldeias do Xisto. As questões inerentes ao PDM



h
A7
g

são específicas e não implica que a Silveira de Baixa tenha a classificação que referiu no âmbito do PDM.” Informou, também que brevemente iniciar-se-á a consulta pública do PDM, uma vez que já foi remetido para publicação em Diário da República e assumiu o compromisso de remeter a proposta da 1ª alteração da Revisão à **Senhora Presidente da Mesa**, a fim de poder fazer chegar aos membros da assembleia. Deu nota de que o documento estará em consulta pública, como tal, enquanto cidadão, qualquer um pode ter intervenção durante esse período de discussão pública. Sobre as obras do Sistema de Mobilidade do Metro Mondego, disse manter-se a informação prestada anteriormente e que continuam em curso. Adiantou que irá ser assegurada a operação do sistema de mobilidade com autocarros articulados, que o início da operação no troço suburbano iria arrancar em junho de 2024 e a operação nos troços urbanos de Coimbra no final do mesmo ano. O arranque da operação do sistema entre Serpins - Lousã e o Largo da Portagem, em Coimbra será no segundo semestre de 2024 e os restantes nomeadamente, a operação urbana em Coimbra, deverão entrar ao serviço até final de 2025. Sobre o cineteatro deu nota de que tem sido um processo bastante exigente no que diz respeito à concretização da obra, e está expetante que até ao final do primeiro semestre de 2024, seja possível realizar os primeiros eventos e a correspondente inauguração deste equipamento cultural importante. Relativamente à iluminação de Natal informou que foi definido não a fazer em arruamentos e colocar a iluminação de Natal em determinados pontos da Vila e em equipamentos municipais, assinalando desta forma a época natalícia, conjugada com as atividades que foram já referidas. No que diz respeito à Rua do Comércio, informou que o investimento municipal foi executado através da reabilitação da rua e a Câmara Municipal ofereceu, ainda, um conjunto de incentivos à reabilitação do edificado privado, nomeadamente à ARU – área de reabilitação urbana, pelo que, já vão existindo algumas iniciativas de projetos de reabilitação do

h
f
a



edificado quer para a habitação quer para o comércio e serviços. Concordou tratar-se de uma área que necessita de ser revitalizada e que possa ter novas funções e dinâmica. O investimento nos jovens através das ações e projetos vão tendo regularidade e continuidade. Associou-se às palavras de saudação ao Renato Daniel e Sofia Duarte assinalando a tomada de posse como dirigentes, Presidente e Vice-Presidente da principal Associação Académica do país e desejar votos das maiores felicidades e sucessos nesta nova missão. -

PONTO UM DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

1 – Apreciação de uma informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal. (doc. nº 2 (dois)).-----

Inscrições: João Curvelo, Sara Antunes, Sérgio Pedroso, João Fernandes, Daniela Santos, Marco Aurélio Sequeira, Luís Martins, António José Gonçalves, Joel Fernandes e Maria Fernanda da Franca.-----

Patrícia Ramalheiro interveio referindo-se à importância para o concelho dos projetos de requalificação da Escola Básica nº 2 e da Escola Secundária da Lousã. Deu nota que foram apresentadas duas candidaturas no âmbito do PRR com um investimento na ordem dos 13 milhões de euros, sendo que uma das candidaturas, é a requalificação da Escola Secundária da Lousã, que já se encontra em fase de validação e tem o acompanhamento do Agrupamento de Escolas da Lousã e a candidatura da Escola EB2, está em fase de análise, tendo a candidatura sido apresentada no final do mês de outubro. -----

João Curvelo interveio endereçando cumprimentos a todos os presentes. Dirigiu-se de imediato ao **Senhor Presidente da Câmara** e citando: "*depois do PSD ter trazido a esta assembleia uma moção defendendo a transparência da APIN mediante a convocação da sua direção, que veio cá no verão a qual se diga que a sua presença teve bastante contestação e para os trazermos cá*

não foi nada fácil, por parte da oposição do PS, a nossa coligação entendia existir motivos de preocupação sobre a gestão e sobre o estado da APIN para os trazer cá. **Senhor Presidente**, infelizmente, os factos têm vindo a ser publicados nos últimos tempos, demonstram que nós tínhamos razão para estar preocupados, os resultados da APIN são piores do que aqueles péssimos resultados que eu referi nas minhas intervenções nessa assembleia e o Trevim trazia na sua capa um título que dizia – a APIN regista o pior resultado de 2022 entre 137 empresas municipais, portanto, Senhor Presidente, pergunto-lhe quais são as suas considerações sobre este dado, qual é o impacto esperado pela saída de Penacova da APIN e se o Senhor, apesar que não tem muito tempo, está no termo do seu mandato, se pondera fazer uma análise sobre a saída de Penacova da APIN e retirar daí os seus méritos ou não do que poderá acontecer, ou seja, se o Senhor perante estes resultados da APIN considera analisar como benéfica ou não a presença da Lousã, também, na APIN.”-----

Sara Antunes usou da palavra começando por apresentar cumprimentos a todos. Seguidamente destacou alguns eventos realizados pela autarquia: dois destinados a população sénior, de apoio às famílias com necessidades especiais e outro de grande impacto gastronómico, cultural de expressão local e nacional. Disse que a população sénior, a promoção do envelhecimento ativo, são assuntos que lhe dizem muito e que devem estar cada vez mais em cima da mesa. Citando: “é indiscutível que temos cada vez mais uma população envelhecida, nós próprios estamos a caminho... Portanto, pensemos mais em estratégias diferenciadoras e que vão ao encontro das reais necessidades desta população, planeemos mais, tornemo-nos mais num concelho amigo das pessoas mais velhas. No meu entender estamos no bom caminho, exemplo disso são as seguintes ações: A criação e posteriormente a Tomada de posse do Conselho Municipal Sénior, no dia 26 de outubro, que contou com a presença do ator Ruy de Carvalho. Uma iniciativa da Autarquia no âmbito do Plano Municipal Sénior. Foi um momento

de excelência e de grande significado para os presentes, agraciados não só por uma figura ímpar do teatro português, mas também por uma pessoa que apesar dos seus 96 anos de vida faz jus ao que se considera um envelhecimento ativo em pleno. Ainda no âmbito do Plano Municipal Sénior, destaco e aplaudo outro evento cujos destinatários foram as pessoas mais velhas: A semana Sénior, associada à Festa de São Martinho, de 21 a 24 de novembro realizada de forma descentralizada, permitindo uma maior abrangência e participação das pessoas mais velhas e envolvendo as instituições e associações que prestam apoio aos idosos assim como as juntas de freguesia, num esforço conjunto de dimensão significativa. Permitam-me enaltecer o trabalho realizado pela autarquia com e para as pessoas mais velhas do concelho, não esquecendo obviamente os contributos das associações e instituições que diariamente trabalham com esta população." Afirmou que o município privilegia o trabalho em parceria com instituições que integram a Rede Social e que, através do estabelecimento de protocolos, promovem o apoio integrado às famílias. É neste sentido que mais uma vez a Louçã foi galardoada, pelo 12º ano consecutivo, como "Autarquia + Familiarmente Responsável". Disse que este Prémio reconhece a construção de políticas integradas de apoio às famílias, nas diversas vertentes, nomeadamente o apoio prestado à maternidade e paternidade, o apoio às famílias com necessidades especiais, serviços básicos, educação, habitação, transportes, saúde, cultura, desporto e tempo livre, e participação social. Deu nota de que na área de apoio às famílias com necessidades especiais, ou seja, que apresentam uma situação de fragilidade social, destacam-se algumas medidas como a doação de bens alimentares, apoios eventuais para pagamento de despesas (renda da habitação, água e eletricidade) ou a comparticipação de medicamentos. Na área da educação foram destacados os projetos que reforçam a intervenção junto da Comunidade Educativa, nomeadamente atividades extracurriculares, apoio à família e

tempos livres, enriquecimento curricular e, também, o Projeto de Promoção do Sucesso., entre outros. Foram também valorizadas outras iniciativas como o programa de Desporto para Todos, programa de Promoção da Cidadania e da Igualdade, e o reforço de políticas de integração de grupos mais vulneráveis como: imigrantes, pessoas com deficiência e idosos. Destacou o galardão recebido, pelo 10º ano consecutivo da Bandeira Verde – Eco XXI. Referiu o Festival Sabores de Outono e a 32ª Feira do Mel e da Castanha realizada de 17 a 19 de novembro que voltou a bater o recorde de visitantes. Disse que é um certame que, mais uma vez, contou com a qualidade que a caracteriza como a Melhor Feira do Mel e da Castanha do país. Deu nota de que a aposta no Mel DOP Serra da Lousã, nos produtos endógenos e da época, na gastronomia local aliados a um programa de animação atrativo evidenciaram, mais uma vez, a importância deste evento não só para o concelho, mas também a nível nacional. Informou que a feira contou este ano com a participação de cerca de mais de uma centena de expositores entre apicultores, produtores, comerciantes de castanha e de outros produtos endógenos, instituições, tasquinhas gastronómicas dinamizadas por Associações locais e uma mostra de gastronomia diversificada com produtos de todo o País. O programa de diversão e animação foi diversificado, com atividades promovidas e dinamizadas por instituições e artistas locais, e, também, com artistas de dimensão nacional. Aplaudiu a iniciativa de se utilizar, pela primeira vez, copos recicláveis no recinto da feira. A classificação de Ecoevento e a utilização de copos recicláveis atribuiu ao evento um caráter de responsabilidade, preocupação e sustentabilidade ambiental. Concluiu a sua intervenção desejando a todos Boas Festas. -----

Sérgio Pedroso, apresentou cumprimentos a todos os presentes e reportando-se de imediato à Informação escrita sobre a Atividade e Situação Financeira. Disse que em setembro último foi assinado um contrato entre a Santa Casa da Misericórdia da Lousã e a Fundação ADFP relativo ao Hospital de São João da

h. 17
AR



Lousã, pelo que perguntou, desde logo sabendo que o Município "nada tem a ver com a situação", mas pensando em estratégia municipal e achando que será uma mais-valia para o município, se o **Senhor Presidente** pode dar alguma informação sobre o que irá ser instalado e o prazo de execução da obra. Passando à informação financeira explanou o seguinte, citando: "prestada à data de 30 de novembro de 2023 constatamos uma taxa de execução a nível da receita de 79,27 % e da despesa de 68,80 % um pouco aquém das expetativas pensamos nós, e sendo que falta um mês para terminar o exercício de 2023, poderá o Senhor Presidente justificar tal facto e se o município não poderá estar em risco de não ver concretizada pelo menos 85 % da execução da despesa? Voltamos a alertar para o indicador dos 85 %, indicador este que é o limite para que se desencadeiem os mecanismos de alerta definidos no n.º 3 do art.º 56.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro. Verificamos que à data é cumprida, tanto a regra do equilíbrio orçamental como o limite da dívida total, com uma margem disponível de 5.684.842,67 €. Quanto à lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso apraz-nos ver que o Município da Lousã, não tem pagamentos em atraso, apresentando um prazo médio de pagamento de vinte dias." -----

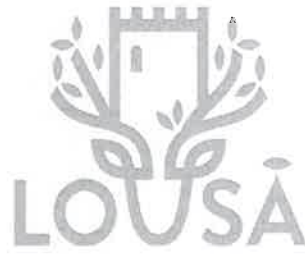
João Fernandes, interveio saudando a todos os presentes na sessão da assembleia. Continuou com a sua intervenção, citando: "como profissional de saúde e utente não podia deixar de realçar a ampliação do Centro de Saúde com um novo edifício ao abrigo do PRR e com orçamento previsto 2,4 milhões de euros. Este novo edifício vai trazer novas valências com gabinetes apropriados para reabilitação, ginásio, fisioterapia, nutricionista, psicólogo, saúde pública e a Unidade de Cuidados Continuados, também, vai passar para o novo edifício. Este edifício é anexo ao já existente e trará melhores condições de trabalho para todos os profissionais de saúde e melhores acessibilidades e atendimento a todos os utentes. Neste projeto, estiveram envolvidas várias entidades: Câmara Municipal, ACES, ARS e, até os próprios



profissionais, ou seja, o projeto foi passado por todos os profissionais de saúde e todos nós dissemos algumas dicas para uma melhor articulação e assim houve possibilidade de alterar algum espaço arquitetónico, melhorar o funcionamento e organização interna. Queria deixar aqui uma nota importante: como todos nós sabemos para o ano de 2024 há uma nova organização no SNS com a constituição das ULS – Unidades Locais de Saúde. É só para todos nós estarmos atentos ao que vem aí e estarmos alerta.” -----

Daniela Santos usou da palavra endereçando cumprimentos a todos e dando continuidade à sua intervenção em nome do Grupo Municipal da Coligação “É Hora de Mudar” PPD/PSD-CDS/PP, parabenizou a todos quantos participaram, em todo o trabalho desenvolvido, bem com à organização da Feira do Mel e da Castanha. Parabenizou, igualmente, as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal que contribuíram, também, para que tudo decorresse o melhor possível. Deu nota de que na sua intervenção na sessão de junho desta Assembleia Municipal, e em nome do Grupo Municipal da Coligação “É Hora de Mudar” PPD/PSD-CDS/PP, deixou evidenciado algumas recomendações para serem repensadas na feira de S. João, pelo que ficou bastante satisfeita por constatar que algumas delas já foram implementadas na Feira do Mel e da Castanha, nomeadamente, a menção da marca – Lousã, nos copos reciclados, contudo, afirmou que não existe visão por parte da Câmara Municipal reunir o mérito das duas feiras, o que entende como possível. Enquanto na Feira de S. João existem mais grupos conhecidos que trazem à Lousã mais pessoas, tal não acontece na Feira do Mel e da Castanha, apesar de nesta existirem mais grupos da Lousã e mais animação durante o dia, o que não acontece no S. João. Por outro lado, na Feira do Mel e da Castanha existe mais espaço de restauração, mais digno e protegido para que as pessoas estejam confortáveis, o que não acontece no S. João, algo que o Grupo Municipal da Coligação “É Hora de Mudar” PPD/PSD-CDS/PP já referiu anteriormente e deixa como proposta de alteração de melhoria porque

h. 107
A



continuam a acreditar que os Lousanenses merecem mais e melhor. A concluir, deu nota de que o governo aprovou em setembro, o novo modelo das USF – Unidades de Saúde Familiar, pelo que questionou o **Senhor Presidente** em que medida é que isto vai afetar a comunidade ou o funcionamento do Centro de Saúde. Finalizou desejando Boas Festas e bom Ano 2024 a todos.-----

Marco Aurélio Sequeira interveio para abordar a questão dos acessos rodoviários ao Concelho da Lousã. Disse que tem sido uma preocupação do Grupo Municipal do PS ao longo do tempo, bem como do Executivo Municipal que tem vindo a tomar diversas posições e realizar contactos com as entidades competentes para que as intervenções necessárias nas vias de trânsito sejam realizadas o mais rápido possível. Algum desse trabalho já colheu alguns frutos, e a prova é a recente intervenção na sinalização horizontal da EN 342, uma requalificação que já tinha sido identificada há muito. Afirmou que continuam a reivindicar o mesmo tipo de trabalhos para a EN 17 e para a EN 236. Por último, perguntou ao **Senhor Presidente** sobre a reunião que teve com o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas acerca do estudo de viabilidade da variante à EN 17, ligação ao IP3 se houve mais algum desenvolvimento neste ponto.-----

Luís Martins interveio começando por apresentar cumprimentos a todos. Dando continuidade e sobre este ponto referiu-se à APIN – empresa intermunicipal da qual a Lousã faz parte. Disse que a APIN tem a sua missão, visão e os seus objetivos muito bem definidos e estabelecidos. A transcrição da sua missão refere que a empresa vai exercer a sua atividade de forma a assegurar os serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento, de águas residuais e recolha de resíduos urbanos de forma a garantir elevados níveis de qualidade de serviço ao menor custo para o utilizador. Citando: “É com base nesta missão e foi desde sempre suportada e apoiada pelo Grupo Municipal do PS e não vamos abdicar em prol de uma melhor posição

eleitoral. Também é visível que a empresa evidencia nas suas demonstrações financeiras algumas dificuldades, fruto do contexto socioeconómico que nós vivemos nos últimos anos e, também, da área geográfica na qual se insere que, naturalmente, é mais difícil em relação a outras áreas geográficas que têm maior densidade populacional. Ressalvar que a APIN tem dificuldades, mas facilmente concluímos que um município sozinho teria com certeza muito mais dificuldade em enfrentar estas situações. Desta forma, subscrevemos que continuamos a apoiar os valores da APIN – empresa intermunicipal e apelamos ao seu Conselho de Administração para a sua resiliência em encontrar formas de ir ao encontro da sua missão, da sua visão e dos seus objetivos." Quanto à análise da situação financeira disse que se iria repetir um pouco ao que o colega **Sérgio Pedroso** referiu. Citando: "do lado da receita corrente, temos uma execução de 82,40%, sendo que a receita proveniente dos impostos diretos é de 80,23% o que comparado com as receitas cobradas do ano de 2022, dá uma variação negativa de 11,4%. A receita de capital, está com um grau de execução menor de 60.80%, o que não é imune ao ano socioeconómico que nós atravessamos e à falta de mão de obra para conseguir execução do investimento. Do lado da despesa corrente está com um grau de execução de 76.27%, onde a despesa com o pessoal está dentro dos valores previstos e, a aquisição de bens e serviços com graus de execução de 69.58% e 64%, respetivamente. As rubricas de despesas de capital estão abaixo dos 50% elencam com as dificuldades mencionadas na rubrica de receitas de capital. Existe o cumprimento das regras do equilíbrio orçamental, os indicadores orçamentais, dentro dos parâmetros previstos, com que os utentes da informação financeira do município gostam de ter como segurança e o indicador do limite da dívida total tem uma margem disponível de EUR: 5.684.842 euros. Por fim, não há pagamentos em atraso e o prazo médio de pagamento é de vinte dias." -----

h.
PA



António José Gonçalves usou da palavra começando por questionar a presença do Trevim e disse que ficaria a dúvida "como é que vão dar conta desta assembleia." Seguidamente, deixou no "ar" a pergunta para a qual não queria resposta: caso não tivesse abordado a questão da política nacional atual será que alguém mais o faria? Afirmou que o seu voto continua a ser o mesmo, e irá votar no PSD, no próximo dia 10 de março. Citando: "a si, **Senhora Presidente** muito obrigado pela nota que nos deu sobre os emails e com rigor de datas. Eu tenho a **Senhora Presidente** como uma pessoa séria e continua a vir o documento da Câmara sobre a atividade do Presidente sem datas. Esta, é a terceira ou quarta vez que eu peço à **Senhora Presidente** que tenha mais rigor, como aliás teve há pouco, e volto a dizer, eu tenho a Senhora como uma pessoa séria, só que, como disse o meu colega, se calhar não faz sentido nós virmos aqui a esta assembleia porque isto continua a vir na mesma, portanto, se calhar, não faz sentido. Deu nota que houve uma intervenção tímida de mera pintura de pavimento na variante 342. Questionou o **Senhor Presidente** se está prevista intervenção no nó dos Pegos e alguma intervenção junto às bombas de combustível. Manifestou preocupação com o aumento de processos em contencioso solicitando informação adicional sobre os mesmos. Sobre a APIN perguntou, citando: "o passivo continua a aumentar, porque era 40 milhões, parece que há municípios que se querem aliar, isto parece-me um bluff que não terá certamente futuro." -----

Joel Fernandes interveio começando por afirmar no seguimento da intervenção do colega **Luís Martins** dizer, o Grupo Municipal do PS também registou a decisão do Tribunal acerca da questão da APIN e da saída de Penacova. Realçou que não é objetivo que os municípios saiam, se mais se quiserem juntar talvez fossem bem-vindos, apesar de aumentar ainda mais a dispersão territorial desta empresa, mas há um ponto a realçar sublinhou, citando: "também nós deputados quando votamos favoravelmente a adesão da APIN uma das questões que nos preocupou seria o futuro e a maneira



h
Ag.
Jr

como ficaríamos ligados indelevelmente à empresa e se haveria possibilidade, no futuro, de algum município sair ou não. Comprova-se aqui que os donos da APIN são mesmo os órgãos dos municípios que a integram porque, um município, agora, ainda não está formalizado comprovadamente, irá sair da empresa. Referir, também da APIN do que vimos dos documentos e como o meu colega confirmou, a despesa que o Município da Lousã tem com a APIN ainda continua a ser inferior ao que acontecia antes desta empresa existir e o investimento continua a ser amplamente superior, isto naturalmente é uma conjectura, algo do que aquele que teríamos se não existisse a empresa, como tal, da nossa parte, estes são dados positivos. Finalmente, uma nota bastante mais agradável, realçar nesta assembleia os 50 anos do Rugby Club da Lousã e todas as iniciativas que foram realizadas em torno dessa efeméride, nomeadamente a inauguração da estátua evocativa e a gala que muito honrou a Lousã. São dois momentos importantes de uma instituição importante do nosso concelho.-----

Maria Fernanda da Franca interpelou a **Senhora Presidente da Mesa** a solicitar a palavra para clarificação respeitante ao PDM por parte do **Senhor Presidente da Câmara** que foi concedida pela **Senhora Presidente da Mesa**.---

Maria Fernanda da Franca face aos esclarecimentos prestados pelo **Senhor Presidente** aquando da sua intervenção, afirmou estar baralhada com a informação prestada, pelo que solicitou clarificação do assunto. Acrescentou dizendo que o PDM é um documento fundamental no ordenamento do território e um instrumento estratégico de movimento económico. Ao analisar o PDM verifica que além do território já conhecido, as zonas industriais, também, estão englobadas. Assim sendo, perguntou o motivo pelo qual há zonas que são fiscalizadas dentro do PDM e outras não são, dando como exemplo o caso da Aldeia da Silveira que está inserida no PDM. Concluiu dizendo que pretendia sair elucidada sobre esta matéria.-----

O Senhor Presidente da Câmara relativamente às questões que foram suscitadas e por ordem de intervenção esclareceu o seguinte:-----

Relativamente à APIN realçou que sempre foi evidenciado por todos os municípios, e por si próprio, que o processo de criação e implementação de uma empresa com estas características era complexo e difícil a vários níveis. Recordou que conforme foi dito na sessão onde estiveram presentes os representantes da APIN, o membro do Conselho de Administração e os seus dois Diretores, evidenciaram que o processo tem sido mais difícil do que era expectável, embora já se soubesse que era exigente e as várias dificuldades que têm acontecido e o cenário relativamente ao cenário deste ano. Os dados sempre foram transmitidos e sempre houve partilha de informação da dificuldade da empresa. A APIN está a finalizar um plano de investimentos muito significativo, no volume financeiro inerente a esse plano, e para a sua concretização, além do autofinanciamento, tem de garantir em média 25% a 30% a mais para concretizar cada empreitada dadas as circunstâncias de mercado e o comportamento dos preços nestes trabalhos. O facto de ter havido mudanças que não estavam previstas, nomeadamente o facto de a partir do ano 2020 ter sido implementada uma redução tarifária muito significativa que vigorou até 2022. Também tem custos acrescidos no seu funcionamento como sejam a eletricidade, combustíveis e custos com os recursos humanos. Realçou o aumento da taxa de gestão de resíduos que foi alvo de contestação dos municípios e da própria empresa, infrutiferamente e afirmou que várias das empresas intermunicipais desta área cuja comparação foi feita, e onde se indicou que a APIN tinha o pior resultado, algumas delas, não têm o impacto do custo que decorre do funcionamento relativamente à área do tratamento dos resíduos sólidos urbanos, porque não a inclui. Relativamente à posição do município e ao resultado que é perspectivado, informou que o valor do resultado líquido não vai ser tão negativo como aquele que está plasmado na proposta de orçamento e da APIN. “Não sendo



h
A
g

ainda o desejado, aquilo que lhe posso dizer a si e a todos, é que o valor não será tão negativo como aquele que está, eventualmente, na base das observações que foram aqui hoje feitas." Relativamente à perspetiva ou não de saída, recordou a **João Curvelo** que para além do valor da indemnização de 6,8 milhões de euros, o Município de Penacova, viu-se privado de 5 milhões de euros de investimento, de ampliação de redes de saneamento e de criação de redes e de rede de águas, motivo pelo qual os municípios devem ponderar as consequências que advém de uma eventual saída da empresa em cerca de 12 milhões de euros, contabilizando o que deixa de beneficiar de investimento com o valor da fixação da indemnização. Relativamente à gestão do contrato estabelecido entre a Santa Casa da Misericórdia e a Associação de Desenvolvimento e Fundação Profissional de Miranda do Corvo, segundo a informação de que dispõe o objetivo da ADFP e de acordo com os dados que a SCML já tinha, é a instalação de cuidados continuados, em termos de prioridade, sem perder de vista outras possibilidades. Sobre prazos de execução e entrada em funcionamento, não dispõe de informações. Relativamente aos dados de gestão e eventual risco de não cumprimento de regras de execução, informou que essas condições estão asseguradas porque o Município da Lousã, continuará a cumprir todos os requisitos e regras ao nível da gestão do município. Relativamente à edificação do segundo edifício do Centro de Saúde, disse que a Câmara Municipal está a trabalhar a fim de submeter essa candidatura até ao dia vinte e sete de dezembro corrente que é o prazo que está estabelecido. Realçou que em apenas três candidaturas, Edifício do Centro de Saúde, e as duas candidaturas das Escolas, no âmbito do PRR o município mobilizará cerca de 15 milhões de euros. Quanto ao Centro de Saúde e USF's modelo B, recordou o que já vem dizendo em assembleias anteriores. Disse que existiam duas USF, uma de cada modelo, no âmbito do Centro de Saúde, a USF Serra da Lousã e a USF Trevim Sol que deixou de ter esta designação passando a

4
X
P
M



Unidade de Cuidados de Saúde à população, mas, a partir daí começou a trabalhar na apresentação da candidatura para voltar a ser USF com as consequentes repercussões e objetivos inerentes a este modelo. Esse processo teve o seu desenvolvimento, existindo agora um quadro diferente até à decisão do atual governo em gestão. A reunião com o Secretário de Estado das Infraestruturas teve outros municípios envolvidos e teve como objetivo a melhoria da circulação, ou seja, da acessibilidade rodoviária à região com três vertentes: a alternativa à Estrada da Beira, a Ligação ao IP3 e a ligação a concelhos mais interiores, desta região de Coimbra. De todos, o que está mais próximo, desde logo pela disponibilidade financeira e o valor disponível para o objetivo é a ligação ao IP3 e continuam a ser desenvolvidos trabalhos técnicos que permitam dar andamento sequencial aos outros. O nó dos Pegos não tem a ver com a intervenção que foi feita na sinalização horizontal da EN 342. O nó dos Pegos é um projeto que a Câmara Municipal contratou, pagou e que se encontra aprovado tendo sido submetido à Secretaria de Estado das Infraestruturas e às Infraestruturas de Portugal, adiante designada por IP, aguardando por isso que seja feito o lançamento do concurso para a realização da obra e para a concretização deste objetivo. Relativamente às bombas de combustível, junto à variante da EN 342, disse não dispor de informações, no entanto, as situações estão reportadas às IP. Sobre os processos de contencioso informou que estão devidamente identificados e explícitos, e não existe a junção de mais processos relativamente à última sessão da assembleia. Dirigindo-se a **Maria Fernanda da Franca**, citando: “a área da Silveira, assim como todas as outras áreas do Concelho da Louçã, é sujeita a fiscalização. A fiscalização é feita pela Câmara Municipal e, também, quer na Silveira, quer em outros espaços do concelho, por outras entidades se for esse o caso de competência. Não é verdade que não tenha sido fiscalizada, incluindo pela própria Câmara Municipal.” -----



h
af.
g

PONTO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

2 – Apreciação e votação da proposta de autorização prévia para repartição de encargos plurianuais da empreitada “Requalificação e conservação de rede viária municipal” – ratificação. (doc. nº 3 (três)).-----

Inscrições: António José Gonçalves.-----

António José Gonçalves – prescindi da palavra.-----

O Senhor Presidente da Câmara prescindi da palavra.-----

Colocada à votação a proposta de autorização prévia para repartição de encargos plurianuais da empreitada “Requalificação e conservação de rede viária municipal” – ratificação, foi aprovada a ratificação por unanimidade de todos os membros da Assembleia Municipal.-----

PONTO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

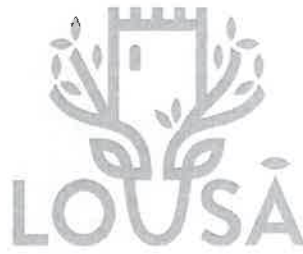
3 - Apreciação e votação da proposta de autorização prévia para repartição de encargos plurianuais para a realização da Empreitada “Requalificação de habitações no Bairro dos Carvalhos – BNAUT” – ratificação. (doc. nº 4 (quatro)).-----

Inscrições: Não houve inscrições.-----

O Senhor Presidente prescindi de usar da palavra.-----

Colocada à votação a proposta de autorização prévia para repartição de encargos plurianuais para a realização da Empreitada “Requalificação de habitações no Bairro dos Carvalhos – BNAUT” – ratificação, foi aprovada a ratificação por unanimidade de todos os membros da Assembleia Municipal.--

PONTO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS: -----



4 – Apreciação e votação da proposta de adesão do Município da Lousã à Rede de Autarquias Participativas. (doc. nº 5 (cinco)). -----

Inscrições: Santinho Antunes, Patrícia Ramalheiro e António José Gonçalves. ---

Santinho Antunes usou da palavra para questionar para quando se prevê um novo Orçamento Participativo e se se prevê a elaboração conjunta de um regulamento para que o Orçamento Participativo corra da melhor forma possível evitando questões que se têm vindo a colocar relativamente a todos os Orçamentos Participativos que existiram, nomeadamente no que diz respeito aos valores, propostas e execução das mesmas. -----

Patrícia Ramalheiro interveio para dizer que a adesão do Município da Lousã à Rede de Autarquias Participativas vem no âmbito da questão de retomar o Orçamento Participativo no concelho. Disse ainda que a Rede de Autarquias Participativas foi constituída em 2014, no âmbito do projeto Portugal Participa e integra mais de 50 autarquias. Esta Rede pretende promover e desenvolver mecanismos de participação dos cidadãos ao nível local através da colaboração entre diferentes estruturas e da troca de experiências, pretende, também, promover a democracia participativa para além de que promove a capacitação dos envolvidos no processo participativo. Concluiu dizendo que a adesão da autarquia a esta rede vai possibilitar em muito e vai melhorar para além de retomar o Orçamento Participativo, a qualidade do mesmo. ----

António José Gonçalves – prescindiui da palavra.-----

O Senhor Presidente da Câmara confirmou a retoma do Orçamento Participativo em 2024, quanto ao regulamento, disse que, neste momento, não consegue precisar da sua viabilidade, adiantou no entanto, que a Câmara Municipal tem participado em ações desenvolvidas pela Rede das Autarquias Participativas, várias das questões, inclusivamente, faladas nas sessões da assembleia, têm sido alvo de ponderação, não sabendo se poderão ser todas tidas em consideração, tendo em conta as boas práticas e experiências



realizadas relativamente aos modelos mais adequados para o desenvolvimento destes programas de participação dos cidadãos. No entanto, comprometeu-se a apresentar a sugestão referida.-----

Colocada à votação a proposta de adesão do Município da Louçã à Rede de Autarquias Participativas, foi aprovada por unanimidade de todos os membros da Assembleia Municipal.-----

PONTO CINCO DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

5 – Apreciação e votação das Demonstrações Previsionais (Orçamento e Grandes Opções do Plano) para o ano de 2024. (doc. nº 6 (seis)).-----

Inscrições: Luís Martins, Sérgio Pedroso, Margarida Correia, António José Gonçalves, Nelson Lopes, Joel Fernandes e Santinho Antunes.-----

Luís Martins, tomou a palavra começando por fazer uma abordagem ao Orçamento Municipal. Disse que em uma análise da despesa que totaliza o valor global de EUR: 27. 991.050,00€ expunha resumidamente com base nas Grandes Opções do Plano, adiante designadas por GOP, dado que são documentos que necessariamente se complementam. Nas GOP são definidas as linhas gerais de desenvolvimento estratégico da gestão autárquica e incluem o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) assim como as Atividades Mais Relevantes (AMR). Nestas linhas gerais deu ênfase a vários programas: Na "Administração Geral", está orçamentado em EUR: 11.522.650,00€, onde se enquadra todas as atividades relacionadas com os órgãos da autarquia e os seus serviços gerais: recursos humanos; despesas de funcionamento corrente; custos com beneficiação de instalações de serviços; aquisição e beneficiação de diversos equipamentos; encargos com operações financeiras. Também na Educação, com um orçamento robusto de EUR: 5.596.500,00€, onde estão inseridos vários projetos de promoção e bem-estar do sucesso educativo de

h
A
B
C



toda a comunidade escolar do concelho no sentido de garantir a igualdade de oportunidades de acesso à educação, reduzir o esforço das famílias e valorizar a escola pública, a título de exemplo deu nota dos transportes escolares, as atividades de enriquecimento curricular (AEC), as atividades de animação e apoio à família (AAAF), os manuais, as fichas e material escolar dados aos alunos do 1º ciclo, a intervenção da Escola Secundária da Lousã, o projeto de requalificação da Escola Básica nº 2 da Lousã. Na Habitação, o orçamento previsto de EUR: 2.076.200,00 €: programas com objetivo de promover a construção, reconstrução e renovação urbana, no sentido da melhoria das condições de habitabilidade da população e integração social. Referiu-se ao programa 1º Direito, Programa Habitações a Custos Acessíveis e BNAUT – Bolsa Nacional de Alojamento Urgente Temporário. Nas “Infraestruturas de mobilidade” orçamentado em EUR: 2.221.900 euros, estratégia constante neste Executivo, na melhoria estruturante da mobilidade no concelho, nomeadamente no que respeita a intervenções em arruamentos, vias, caminhos e parques de estacionamento. As intervenções no âmbito do Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS), a intervenção na gestão do estacionamento, a intervenção na Estrada Municipal 580 – Acesso à Senhora da Piedade/Castelo. Referiu, igualmente, outros programas como cultura, saúde, intervenção social, desenvolvimento económico, valorização e promoção do território, proteção civil e bombeiros, sustentabilidade ambiental, gestão urbana e parcerias e cooperação. Citando: “*todos os programas com uma grande importância para o concelho, e que comprovam a determinação do Executivo em conseguir: a coesão, a competitividade e desenvolvimento económico e a qualidade de vida. Agora, para atingir estas despesas é preciso a outra face, ou seja, a receita. A capacidade de o Executivo executar o que é proposto e acrescento, também, a responsabilidade de cumprir com equilíbrio orçamental estabelecido na lei para que isso não se ponha em causa. A execução deste*”

orçamento e de orçamentos futuros e a receita provém de impostos diretos que estão orçamentados em EUR 4.020.550 euros, método calculado abrangendo a média aritmética dos últimos 24 meses. As transferências correntes no qual o quadro 15 – discrimina os fundos provenientes destas receitas, os rendimentos de propriedade, as taxas e outras penalidades, também nesta rubrica é calculada com a média aritmética dos 2 últimos anos. Os Passivos Financeiros, ou seja, os financiamentos obtidos que serão tanto mais favoráveis se a autarquia conseguir foco no equilíbrio financeiro e no limite da dívida do endividamento e as Transferências de Capital que evidenciam a capacidade da autarquia em realizar projetos e programas de investimento para que o Estado, União Europeia e demais instituições possam compartilhar, em bens de grande relevância para o concelho que aqui já evidencie. E por fim, as Outras Receitas Correntes que é a aplicação do saldo de gerência ou a recuperação do IVA. Por último, ênfase no artigo 40º da regra do equilíbrio orçamental onde os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas e no caso da autarquia a margem é de EUR: 643.981 euros." -----

Sérgio Pedroso, usou da palavra para se referir a este ponto, citando: "Da análise ao Orçamento Municipal que para o ano de 2024 apresenta um valor global de EUR: 27.991.050 €, contra os EUR: 20.657.106 €, orçados para 2023 o que significa um aumento de EUR:7.333.944 € podemos retirar as seguintes conclusões: Primeiro congratular o Município pelo orçamento ambicioso que parece ser! Em segundo e infelizmente continua-se a assistir a um aumento desmesurado no que aos Impostos Diretos diz respeito, ou seja, em 2022 tínhamos uma previsão de EUR: 3.413.133 €, em 2023 de EUR: 3.793.300 €, e agora para 2024 de EUR: 4.020.550 € mais EUR: 227.250 €. Representam 14,36 % de toda a receita municipal e aproximadamente 22 % da receita corrente. E, nesta rubrica não está contemplado o, também, aumento em cerca de EUR: 56.225 € no que há comparticipação do IRS diz respeito, isto é, de um valor



orçamentado de EUR: 602.832 € em 2023 para um valor orçamentado de EUR: 659.057 € para 2024, ou seja, teremos quase mais EUR: 300.000 € de aumento de 2023 para 2024 e já no ano passado se tinha verificado um aumento de quase meio milhão, só em impostos cobrados aos Lousanenses e Empresas Lousanenses. Senhor Presidente quer tecer algum comentário? Em relação às taxas, multas e outras penalidades verificamos um aumento de 2023 para 2024 de EUR: 28.641 €. Se Juntarmos o aumento de 2023 para 2024 que se prevê na rubrica venda de bens e serviços correntes de cerca de EUR: 118.352 € continuamos a achar e a preocupar-nos que seja uma verba tão baixa. Nesta Rubrica por exemplo encontramos os recebimentos de rendas, e perguntamos ao Senhor Presidente em que situação se encontra a exploração do Bar/Restaurante situado no Parque Carlos Reis? Em relação aos rendimentos de propriedade estes aumentam em relação ao orçamentado em 2023 cerca de EUR: 605.050 €, pode **Senhor Presidente** explicar-nos este aumento significativo quando de 2022 para 2023 a previsão era uma diminuição de EUR: 17.250 €? Na rubrica das transferências correntes verificamos um aumento significativo de EUR: 9.096.229 € em 2023 para EUR: 10.702.902 € em 2024, ou seja, mais EUR: 1.606.673 €. Sabemos o porquê deste aumento, deve-se muito às transferências de competências, mas será esta verba suficiente cerca de EUR: 2.658.116 €, sendo que até já está contemplado um valor para a concretização, a 1 de janeiro de 2024 da transferência de competências no domínio da Saúde? Verificamos que está orçamentado incluir mais um milhão de euros do saldo da gerência do ano de 2023 em outras receitas correntes, e novamente perguntamos ao **Senhor Presidente** o porquê desta situação. Será que estamos na presença de um valor deficitário para cobrir despesas correntes? Cremos que sim. Em relação às transferências de capital estas apresentam o valor orçamentado de EUR: 8.289.792 € um aumento de EUR: 4.850.130 € em relação a 2023 e que somados aos EUR: 10.702.902 € das transferências correntes representam 67,85 % de toda a receita estimada um

aumento em 11,82 % em relação ao ano passado, o que nos obriga a estar bastante atentos na sua aplicação pois teremos que os aproveitar da melhor maneira e porque como afirmamos já em assembleias anteriores estamos muito dependentes destes fundos de entidades externas e que terão de ser aplicados, à exceção da participação variável do IRS que atinge o valor de EUR: 659.057 €, nos programas/projetos a que se destinam. Encontra-se ainda evidenciado o valor de EUR: 655.008 € em outras receitas de capital dos quais EUR: 645.008 € são transferidos do saldo da gerência e que pelos vistos tem a ver com receita consignada e não aplicada em 2023 relativa ao empréstimo "Requalificação do Cineteatro da Louçã", e então perguntamos mais uma vez, será em 2024 porque em 2023 já não o será, que teremos a obra concluída? Já agora pode informar-nos em quanto importará esta obra? Em relação ao Orçamento da Despesa verifica-se um valor de EUR: 7.376.000 € na rubrica de despesas com pessoal, comparando com o ano de 2023 verifica-se um aumento em cerca de EUR: 1.385.750 €. Alertamos para o facto deste elevado aumento estar relacionado em muito com a transferência de competências no domínio da saúde. No que a aquisição de bens diz respeito também aqui assistimos a um aumento, cerca de EUR: 366.850 €, muito por culpa da contratualização do fornecimento de refeições para todos os estabelecimentos escolares do concelho, decorrente da transferência de competência no domínio da educação. Pergunto Senhor Presidente será que o valor orçamentado em receita – transferência de competências de EUR: 2.658.116 € cobrirá toda esta despesa? Na aquisição de serviços um aumento de EUR: 388.200 € em comparação com o orçado no ano anterior. Neste ponto e porque algumas rubricas até baixaram de valor orçamentado, como por exemplo encargos de instalações (onde se incluem eletricidade, gás e água), perguntamos o que são os EUR: 569.600 € mais os EUR 856.050 €, inscrito na rubrica Outros, em Outros Trabalhos Especializados que aumentaram cerca de EUR: 469.650 € em relação a 2023! Nas transferências correntes verifica-se



um aumento de cerca de EUR: 687.600 € em relação ao ano anterior, mas se analisado, constata-se que deste aumento retirou-se às famílias EUR: 56.000 €, passando-se de EUR: 550.000 € para EUR: 494.000 € para se aumentar EUR: 175.000 € para Instituições sem fins lucrativos (passou-se de EUR: 929.600 € para EUR: 1.104.600) e para Empresas públicas municipais e intermunicipais EUR: 250.000 € (passou-se de EUR: 425.000 € para EUR: 675.000 €), pode explicar-nos **Senhor Presidente** o que se passou aqui? É este o apoio social que tanto apregoam? Em relação às aquisições de bens de investimento e às transferências de capital verificamos um aumento significativo de EUR: 4.606.350 € que se deve muito ao valor inscrito na Rubrica Escolas cerca de EUR: 3.087.650 € e Viação Rural cerca de EUR: 1.544.050 €, esperemos que se concretizem tais investimentos **Senhor Presidente**. Em relação à regra do equilíbrio orçamental é de referir que esta está cumprida. Passando agora à análise das grandes opções do plano que totalizam o valor global de EUR: 27.991.050 € contra os EUR: 11.836.300 € de 2023, constatamos que o valor atribuído aumenta em relação ao ano anterior em cerca de EUR: 16.154.750 €. Infelizmente e para comparação com anos anteriores o Executivo na elaboração do orçamento municipal para 2024, optou por alterar a estrutura definida em anos anteriores, por funções, sendo que agora a apresentação passa a ser apresentada por objetivos estratégicos de intervenção municipal o que não nos ajuda a confrontar muitos dos valores apresentados, mas enfim, tentámos e sendo assim, podemos dizer que os valores apresentados em Administração geral EUR: 11.522.650 € com um peso de cerca de 41 % das GOP, Educação EUR: 5.596.500 € cerca de 20% das GOP, e Habitação EUR: 2.076.200 € 7,42 % das GOP são os 3 programas mais representativos. Administração Geral cerca de 41 % (EUR: 11.522.650 €) do total das GOP, em 2023 10,35 % (1.225.500 €) do total das GOP este acréscimo muito tem a ver com o Pessoal, mas pode esclarecer-nos melhor tal acréscimo? Proteção Civil e Luta Contra Incêndios aumenta em cerca de EUR: 247.550 € o que já era

tempo pois vinha de ano para ano, a descer consideravelmente. Educação com uma dotação de EUR: 5.596.500 €, um aumento significativo em relação ao ano anterior explicado pela inclusão de EUR: 3.200.000 € para a elaboração do projeto de requalificação da Escola Básica n.º 2, etc. A ver vamos se é desta que iremos assistir à concretização deste projeto. Intervenção Social aumenta EUR: 122.350 € de 2023 para 2024. **Senhor Presidente** acha um valor justo? Quando se compararmos com os impostos que sobem nos últimos dois anos mais de EUR: 750.000 €? Habitação aqui temos de congratular o executivo pois a subida é significativa cerca de 1.590.200 €. Regeneração Urbana e ordenamento do território, se no ano passado elogiámos o Executivo este ano perguntamos ao mesmo, o porquê de uma diminuição de cerca de EUR: 1.363.950 €. Cultura, dotado com EUR: 1.430.050 € dos quais EUR: 1.000.000 € para a conclusão do Cine teatro da Lousã, Será que nunca mais acaba? Contra os EUR: 2.046.000 € do ano passado. Parece-nos que cada vez se aposta menos na cultura na Lousã! Sustentabilidade ambiental, cresce de EUR: 588.200 € para EUR: 1.444.400 € em 2024, damos os parabéns pela implementação de certos projetos que por decerto irão contribuir para uma diminuição nos gastos do município. Desenvolvimento económico, desce de EUR: 890.000 € em 2023 para EUR: 471.700 € em 2024 porquê? Informam-nos que está prevista a intervenção no mercado municipal. Será que é desta vez? O que tem a dizer deste decréscimo **Senhor Presidente**? Para quando o Centro de negócios? Valorização e promoção do território cresce de cerca de EUR: 313.000 € para EUR: 578.700 €, congratulamos, mas aconselhamos precaução/cuidado com as festas. Transferência entre Administrações, aqui o aumento verificado é praticamente o aumento que as freguesias irão ver contemplado, ou seja, de EUR: 477.500 € em 2023 para EUR: 500.000 € em 2024, será suficiente? Pensamos que não, mas o Senhor Presidente se puder esclarecer agradecemos. Analisando o orçamento para 2024 da APIN, esta estima fechar o exercício de

h
A
R



2023 com um prejuízo na ordem dos 5,1 milhões e para 2024 estima que este seja na ordem dos 6,3 milhões, que deverá ser colmatado com a entrada de dinheiro pelos sócios, ou seja, ao Município da Lousã cabe mais EUR: 1.158.570 €, tem sido um "fartote" **Senhor Presidente**, é só desembolsar! Claro, que para além dos consumidores já pagarem via Município ainda vão ver a sua fatura crescer numa % média de quase 10 % para os consumidores domésticos e em quase 12 % para os consumidores não domésticos! É caso para dizer, aí APIN para onde nas levas tu? **Senhor Presidente** pronuncie-se por favor e esclareça os Lousanenses por favor. Portanto, e após esta análise somos da opinião que apesar de assistirmos a uma ligeira convergência com o que temos defendido nestes últimos anos ainda poderia o município ser mais ambicioso para alavancar o crescimento socioeconómico do concelho. Por estas razões o Grupo Municipal da coligação PPD/PSD.CDS-PP "É Hora de Mudar" irá votar contra esta matéria. E por fim, e sendo que o deputado Joel Fernandes afirma com tanta convicção e confiança que o município gasta menos agora inserido na APIN do que quando tinha estes serviços a seu cargo, gostávamos que nos fossem apresentados números concretos, pois, a nossa opinião é contrária a esta!"-----

Margarida Correia, usou da palavra para se referir relativamente ao Orçamento Municipal para 2024 apresentado. Disse que o Grupo Municipal do Partido Socialista entende pertinente realçar alguns aspetos, citando: "Em primeiro lugar, destacamos a inclusão neste Orçamento dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), saudando a inovação por parte da Autarquia em verter neste documento estratégico as 17 metas e objetivos comuns às Nações Unidas relativas às prioridades para o desenvolvimento sustentável global, onde verificamos que estão alocados 1 milhão e 400 mil euros (onde se inclui o Plano de Defesa da Floresta contra Incêndios). Este é um Orçamento que tem em consideração a conjuntura económica nacional, que se prevê de algum desacelaramento, com o impacto inerente junto da população, de

todo o país, e no que nos diz respeito, dos Lousanenses. Da nossa leitura, o Orçamento identifica alguns eixos de ação principais, como a coesão, a competitividade e a qualidade de vida dos cidadãos. No âmbito da Competitividade, entendemos pertinente referir a qualificação e expansão da Zona Industrial do Alto Padrão com um investimento superior a 325 mil euros. Destacamos, também, a dotação de 2 milhões de euros no âmbito da Eficiência Energética, com medidas a implementar em articulação com a Comunidade Intermunicipal, no âmbito dos Investimentos Territoriais Integrados e através do Portugal 2030. Para a Valorização e promoção do território, com cerca de 500 mil euros e Proteção civil também com valor semelhante, o orçamento evidencia uma estratégia de equilíbrio promovida pela Autarquia." Concluiu afirmando de que por todo o exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista irá votar favoravelmente o orçamento municipal.-----

António José Gonçalves, prescindiui da palavra.-----

Nelson Lopes, tomou a palavra citando: "Neste ponto permitam-me que comece por enaltecer o trabalho do Executivo e dos técnicos da autarquia na elaboração de um orçamento com esta ordem de grandeza, numa conjuntura económica que continua muito complexa. Do que tive oportunidade de analisar, trata-se, mais uma vez, de um bom documento, tecnicamente bem elaborado, extremamente bem detalhado e bastante ambicioso, tanto no que diz respeito á continuidade do apoio às pessoas e às famílias, mas também no que se refere a importantes investimentos no Concelho, que, enquanto acomoda uma inflação que tem vindo a atingir números históricos, consegue ainda apresentar uma redução da taxa de IMI para os prédios urbanos. É evidente e legítimo que todos podemos e devemos sempre ambicionar mais e, por outro lado, todos, sem exceção, gostaríamos de contribuir com menos impostos, mas também estou convencido que será mesmo consensual, que, sem recursos, não é possível dar continuidade a uma política que promove a coesão social e territorial e que ambiciona um

concelho cada vez mais desenvolvido e atrativo. E este é um orçamento muito prudente no que diz respeito ao objetivo permanente e responsável de equilíbrio financeiro da Autarquia, mas, tanto o orçamento como as Grandes Opções do Plano para o ano de 2024, não deixam de ser ambiciosos naquilo que são as políticas públicas de apoio às famílias e às empresas, nas transferências de verbas para as Freguesias, no apoio às Associações da Lousã e nos investimentos em importantes equipamentos e infraestruturas por todo o Concelho. O orçamento para o próximo ano ascende a um valor de EUR: 27.991.050 euros (vinte e sete milhões, novecentos e noventa e um mil e cinquenta euros), tendo como eixos principais a coesão, a competitividade e desenvolvimento económico e a qualidade de vida. No domínio dos investimentos previstos em equipamentos e infraestruturas, importa realçar: a obra de requalificação da Escola Secundária, num investimento total de cerca de 8 milhões de euros, que tem já previsto um investimento de 3.2 milhões de euros para o próximo ano, a obra de requalificação da Escola Básica nº 2, num investimento estimado de cerca de 5 milhões de euros, que já tem projeto aprovado e candidatura a fundos comunitários submetida. Em relação a estes dois projetos de forma paralela lanço aqui um repto ao Executivo para que numa das próximas assembleias se faça aqui, também, uma apresentação à semelhança do que foi feito junto do Agrupamento de Escolas. Realçar, também, a construção de um segundo edifício do Centro de Saúde, como já foi aqui referido por **João Fernandes**, as obras programadas para a rede viária e a requalificação e expansão da Zona Industrial do Alto do Padrão e ainda vários outros importantes investimentos no domínio das acessibilidades, na área do ambiente e na vertente da eficiência energética. Importa ainda destacar, no domínio da habitação e no âmbito dos vários programas a executar, designadamente o programa 1º Direito, o Programa Habitações a custos acessíveis e a Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário, um investimento de cerca de 2.1 milhões de euros, bem como a

dotação prevista para as transferências para as Juntas de Freguesia, no montante de cerca de 1 milhão de euros, que vai permitir a execução de várias e importantes obras de proximidade em todas as freguesias da Lousã, bem como a verba prevista para apoio à Associação Empresarial que irá, certamente, patrocinar a concretização de ações e atividades de apoio e dinamização do nosso tecido empresarial e assim contribuir para a mitigação dos efeitos de uma conjuntura económica ainda muito desafiante. Em suma, é de facto um orçamento muito equilibrado, adequado à conjuntura atual e que, no nosso entendimento, deve ser aprovado. Permitam-me, para terminar, que aproveite esta ocasião para enaltecer o trabalho do Executivo e dos técnicos da Autarquia no que diz respeito ao trabalho de captação de fundos comunitários. Essa capacidade é reconhecida na região, mas a leitura que efetuei aos documentos aqui em apreço comprova essa mesma perceção. É notável a quantidade de candidaturas submetidas aos vários Programas temáticos e operacionais do Portugal 2020 e o valor global das mesmas, bem como as várias intenções de candidaturas ao PRR e ao próximo Ciclo de Programação 2030. E não tenho dúvidas que é, em grande medida, por esse trabalho bastante competente que estamos aqui a apreciar um orçamento bem construído e com um valor muito aproximado a 28 milhões de euros, que terá o voto favorável do Grupo Municipal do PS."-----

Joel Fernandes interveio dizendo que se está a apreciar um orçamento de uma Câmara Municipal que parte de um compromisso eleitoral do Partido Socialista de coesão social e territorial e investimento nas pessoas expresso nas GOP com um investimento substancial de mais de dez milhões de euros, foram feitos outros compromissos aos Lousanenses que estão previstos neste orçamento. O compromisso com a Escola Secundária, com a requalificação da Escola Básica nº 2, renovação dos equipamentos escolares, com o segundo edifício do Centro de Saúde da Lousã, com a requalificação do cineteatro e com a requalificação de parte do equipamento onde estão a

h
for



decorrer os trabalhos que é a Casa da Lagartixa – Casa Museu de Carlos Reis, com mobilidade, nomeadamente com a fiscalização e o acompanhamento da concretização do projeto do Metro Mondego, com a reivindicação de uma alternativa à Estrada da Beira, com o nó dos Pegos, com um maior compromisso com as Juntas de Freguesia e com os Lousanenses e este orçamento contempla tudo isso através de um maior aumento de transferências para as juntas de freguesia para cerca de um milhão de euros. Houve compromisso assumido com a cultura, o turismo e com a promoção do território. -----

Santinho Antunes usou da palavra, começando por partilhar a intervenção de **Maria Guilhermina Antunes** que, por motivos pessoais, não pode estar presente. A intervenção versava sobre matéria ligada à Educação, da qual disse ainda não ter ouvido falar neste orçamento. Questionou o lugar determinante do Orçamento Municipal na área da educação com definição de prioridades, objetivos e metas, principalmente quando foram conhecidos dois estudos com resultados negativos para Portugal: Um da OCDE, refere que os alunos portugueses tiveram uma queda de 15,2 pontos, o outro foi apresentado no decorrer do seminário Internacional do Núcleo de Estudos de Deficiência do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, que teve como propósito conhecer e avaliar o desempenho do sistema educativo em Portugal, no âmbito da escola inclusiva, como público alvo famílias com filhos com necessidades educativas especiais a frequentar o ensino básico e secundário das escolas públicas, onde ¼ dos 502 inquiridos refere que o aluno ou família foi objeto de alguma discriminação, maus tratos e injustiça em meio escolar. Este estudo conclui um elevado descontentamento por parte dos encarregados de educação bem como apoio de recursos humanos e apoio à aprendizagem de inclusão. Perante esta revelação conclui que Portugal continua a apresentar graves falhas e profundas lacunas a diversos níveis pelo que urge investir na educação, o que *"não foi feito até ao momento pelo*

governo do PS.” Questionou se o **Senhor Presidente da Câmara** considera suficientes as verbas que o governo pretende transferir para a Educação do Orçamento de Estado e quais as reações do município quanto a isso e se considera suficiente o investimento que o município faz na educação na Lousã, atendendo ao valor do Orçamento Municipal. -----

O **Senhor Presidente da Câmara** tomou a palavra a fim de prestar informação às questões colocadas neste ponto. Começou por dar nota de que, eventualmente, não tomou nota de todos os pedidos de esclarecimento de **Sérgio Pedroso**, pelo que, e em caso afirmativo, agradecia que fosse interpelado nesse sentido, à **Mesa**. Começou por dizer que a proposta de orçamento apresentada é boa, e adequa-se ao contexto que se vive que é extremamente exigente com perspetiva de alguma instabilidade continuada durante o próximo ano com possibilidade de uma retração económica e com consequências para a receita do município, nomeadamente em alguns impostos. No que diz respeito ao IMT e à Derrama, são impostos de natureza conjuntural e os dados indicam que, no próximo ano, haverá uma diminuição na receita relativa a estes dois impostos. Este orçamento conjuga responsabilidade com ambição de continuar a concretizar o projeto e o plano de valorização do concelho e incorpora um conjunto substantivo de propostas da oposição. Todavia, frisou que não é possível integrar tudo e, desde logo, pode integrar mais despesa e sem ter a componente da receita. **Sérgio Pedroso** referiu a insuficiência da dotação, de verba para alguns objetivos e para alguns eixos apresentado para o Plano 2024, mas, ao mesmo tempo critica a receita que o município obtém nomeadamente através dos impostos e questiona a dependência de transferências de recursos financeiros dos fundos comunitários e, ao mesmo tempo preconiza a diminuição dos impostos reduzindo as receitas próprias do município. Relativamente às questões de dotação, a diferença de verbas comparativamente aos anos de 2024 para 2023, diz respeito à menção específica de alguns objetivos. O mercado

municipal é um objetivo prioritário no ciclo Portugal 2030, no âmbito da Regeneração Urbana, no entanto, a dotação inscrita é apenas a que diz respeito à contratação de serviços externos a fim de adaptar o projeto já existente aos novos requisitos de Portugal 2030, no que diz respeito à eficiência energética. Outro objetivo em termos de Regeneração Urbana é a reconfiguração da Avenida Dr. José Maria Cardoso; por vontade do Executivo Municipal, o cineteatro, já era obra concluída e estariam neste momento a realizar eventos. A execução de obras, não é uma realidade exclusiva deste município, no entanto, é complexa atendendo ao momento em que foi lançada e às suas características, integrando ainda a pandemia, inflação e todas as outras causas daí inerentes. Não é certo dizer-se que cada vez se aposta menos na cultura, porque tanto o espaço onde está a ser realizada esta sessão como o cineteatro são exemplo das apostas na cultura, não esquecendo as atividades diversificadas que são realizadas no âmbito cultural. Relativamente à valorização e promoção do território, a rubrica engloba não apenas os eventos da Feira do Mel e da Castanha e do S. João, mas antes, porém, um conjunto de outros eventos, tais como: festivais gastronómicos e outros. No próximo ano decorrerá o Festival Internacional de Cinema de Turismo, o acolhimento de uma etapa da Vuelta a Espanha, participação e promoção em feiras nacionais e internacionais, e no âmbito da CIM-RC, o município estará representado na Fitur em Madrid. O valor que o município paga para ter as classificativas do Rallye de Portugal e um conjunto mais alargado de outras situações que estão integradas nesta rubrica. Sobre as freguesias, o valor correto é o referido por **Nelson Lopes** e, portanto, é um pouco mais do que o dobro do referido.-----

Sérgio Pedroso interpelou o **Senhor Presidente** para dizer que já entendeu os esclarecimentos, mas reiterou que havia dito que a exposição plasmada estava um pouco complicada, no que diz respeito ao valor atribuído às freguesias (EUR: 1.000.000,00 €), motivo pelo qual apresentou desculpas, uma

vez que disse EUR: 500.000 €, pois era o que estava inscrito em Transferências entre Administrações, mas não tinha reparado que, também, tinham outros EUR: 500.000 € em Parcerias e Cooperação por causa da alteração da estrutura definida em anos anteriores, por funções, sendo que agora a apresentação passa a ser apresentada por objetivos estratégicos de intervenção municipal. Assim sendo, e tendo detetado o lapso e após os esclarecimentos apresentou desculpas à Assembleia pois não era sua intenção, em momento algum, enganar a Assembleia Municipal com números incorretos.-----

O Senhor Presidente da Câmara retomou a palavra desvalorizando o lapso, mas reiterou que havia um desfasamento de interpretação para o dobro, agora perfeitamente entendido e esclarecido. Adiantou que é um processo que vai ter continuidade e vai ser reforçado no próximo ano, nomeadamente através dos contratos interadministrativos com as Juntas de Freguesias. Deu nota de que irá à próxima reunião do Executivo uma proposta de adenda ao auto de transferência de competência no domínio saúde ao abrigo do disposto na Lei nº50/2018, de 16 de agosto e do Decreto-Lei nº23/2019, de 30 de janeiro, a fim de serem acauteladas algumas situações nomeadamente a edificação do segundo edifício do Centro de Saúde e do seu funcionamento. Disse que na área da intervenção social, as verbas revelam-se adequadas. No que diz respeito à Educação confirma um desvio, conforme **Santinho Antunes** já tinha observado, que de acordo com o que está contratualizado será devidamente compensado através do Fundo de Financiamento da Descentralização, adiantou dizendo que o reporte foi feito às entidades competentes, inclusivamente a ANMP e o governo têm conhecimento desta situação; Sobre rendas, deu nota de que o Parque Carlos Reis continua a ser da responsabilidade de exploração da ARCIL e as rendas dizem respeito à instalação de aerogeradores de produção de energia através do vento, ou seja, são as rendas contratualizadas no âmbito das instalações dos Parques

Eólicos e a renda decorrente da instalação da iluminação pública, forma contratualizada pelos municípios; o aumento das despesas com pessoal tem a ver com as progressões salariais, o acelerador na progressão de carreira no âmbito do SIADAP e o pessoal que transitou das escolas. O apoio às famílias é prestado através de várias rubricas, e tem sido robusto e reforçado todos os anos, e não restringe apenas na “coesão”; Sobre a APIN e em complemento de declarações anteriores disse que o valor que está subjacente à elaboração do orçamento é superior aquele que vai ser o resultado líquido final de 2023 da empresa e destina-se a cobrir os seus prejuízos, é inferior ao valor que o município assumia de prejuízo quando gerir diretamente a área das águas e saneamento e resíduos sólidos; O acréscimo de despesa com a Administração Geral, diz respeito à componente de recursos humanos; Afirmou que **Luís Martins**, na sua intervenção fez duas observações pertinentes relativamente ao investimento e às regras e estruturação do orçamento da instituição, relevando o pendor social. Realçou, na sequência da intervenção de **Nelson Lopes**, a captação de fundos comunitários. Nos objetivos saúde, educação e habitação, a Câmara Municipal, conseguir nesta fase, um valor superior a 16 mil euros para um município com estas características e dimensão, é motivo de satisfação e da sua parte, também, de orgulho. Reconheceu o trabalho de todos aqueles que na Câmara Municipal contribuem para a elaboração destes documentos para a sua construção com aquele que é o objetivo sempre subjacente de apresentar documentos bem estruturados, com rigor e possibilidade de serem devidamente interpretados e, também, incorporando algumas propostas de melhoria que vão chegando, inclusivamente, no próprio modelo de apresentação do documento. A concluir e sobre os impostos, afirmou que está previsto um aumento porque o que fica fixado no ano de 2024, terá de ser o valor médio dos 24 meses, e assim sendo, o IMT e Derrama indicam valores que dão esse montante, por outro lado, e infelizmente, os dados indicam, especialmente no IMT que irá haver uma quebra com



h
A. J.
Q

552

significado com a receita desse imposto municipal, e idêntica situação relativamente à Derrama. Aqui estará orçamentada mais receita do que aquela que virá a ser cobrada. No que diz respeito ao IRS, disse que felizmente esta receita tem aumentado em função dos rendimentos dos munícipes, não que a Câmara Municipal, tenha aumentado as taxas. Reiterou que o Município da Lousã, desde o ano de 2016 não tem a taxa máxima, antes, porém, tem vindo a praticar 0,4%. A concluir, disse que o Executivo Municipal também gostaria de ter uma baixa substantivado no âmbito do IMI, contudo, não é possível haver rubrica com pouca dotação e simultaneamente baixar a receita, assim sendo, questionou quais são as despesas que se podem cortar no orçamento. No ano de 2024 os cidadãos contribuintes do Concelho da Lousã pouparão 600 mil euros, 330 mil euros decorrentes da diferença entre aplicar a taxa de 0,40% e 0,39% (taxa a aplicar); 150 mil euros que é a diferença entre aplicar a taxa de 5%; e cem mil euros no que diz respeito ao IMI Familiar, porque as deduções no que diz respeito ao IMI Familiar duplicam relativamente a este incentivo que é dado em função do número de dependentes a cada agregado familiar. Assinalou que desde 2017, no IRS, os munícipes contribuintes da Lousã pouparam 850 mil euros, pelo facto de o município ter deixado de aplicar a taxa de 5% e passar a aplicar 4%. No IMI, o Município da Lousã já há muito tempo que não aplica a taxa máxima, neste momento, a taxa máxima situa-se em 0,45%, mas já foi 0,5%. Feitas as contas do período que o município deixou de aplicar a taxa máxima e houve momentos em que o diferencial foi maior, os munícipes contribuintes do concelho já pouparam cerca de 2,4 milhões de euros em função do Município da Lousã não ter aplicado a taxa máxima referida. -----

Colocada à votação as Demonstrações Previsionais (Orçamento e Grandes Opções do Plano) para o ano de 2024, foram aprovadas por maioria com 16



(dezasseis) votos a favor do PS, 8 (oito) votos contra da Coligação "É Hora de Mudar" PPD/PSD-CDS/PP e 1 (uma) abstenção do BE.-----

PONTO SEIS DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

6 – Apreciação e votação da proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2024. (doc. nº 7 (sete)).-----

Inscrições: Não houve inscritos.

O Senhor Presidente da Câmara - prescindiui da palavra.-----

Colocada à votação a proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2024, foi aprovada com 17 (dezassete) votos a favor do PS e BE e 8 (oito) abstenções da Coligação "É Hora de Mudar" PPD/PSD-CDS/PP.-----

PONTO SETE DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

7 – Apreciação e votação da proposta de fixação das taxas do imposto municipal sobre imóveis (IMI) para o ano de 2024. (doc. nº 8 (oito)).-----

Inscrições: António José Gonçalves, Nelson Lopes, Rui Morais, Joel Fernandes e Sérgio Pedroso.-----

António José Gonçalves – interveio para dizer que, citando: "*relativamente à inversão da taxa que é o do coeficiente do governo, faz-me lembrar o recuo, também, do IUC. Fernando Medina queria aumentar o IUC para carros anteriores a 2007e recuou. Primeiro era muito bom e depois era muito bom. Isto é uma medida eleitoralista como é também o recuo da taxa, ou do coeficiente de cálculo do IMI.*"-----

Nelson Lopes tomou a palavra para se referir a esta proposta e afirmou, citando: "*Como todos sabemos, por lei, compete aos Municípios fixar em cada ano a taxa a aplicar em termos de IMI. Este ano o Executivo apresenta a*

proposta de no próximo ano reduzir para 0,39 % a taxa a aplicar em sede de IMI para os prédios urbanos e manter a taxa de 0,8 % a aplicar aos prédios rústicos, o que representa, por um lado, uma postura prudente e um sinal de grande responsabilidade nesta conjuntura económica ainda muito complexa e, por outro lado, uma preocupação em reduzir, na medida do possível, o imposto municipal mais significativo em termos de receita anual, o que resultará numa poupança fiscal significativa para as famílias lousanenses. Em relação a este imposto municipal, importa também referir, que, além das isenções que decorrem da Lei, como é o caso da suspensão deste imposto na aquisição de habitação própria permanente, ou da isenção permanente para agregados com rendimentos mais baixos, que protege os mais vulneráveis, o Município atribuiu o benefício fiscal designado por IMI familiar, que permite às famílias uma dedução fixa anual em função do número de dependentes a cargo e tem tido a preocupação de avançar com a criação de várias áreas de reabilitação urbana, que neste momento já cobrem praticamente todas as zonas urbanas mais consolidadas do concelho e que conferem vários benefícios fiscais aos proprietários que reabilitem os seus imóveis. Assim, entendemos que a opção fiscal aqui apresentada, em termos de IMI, proporciona por um lado uma poupança fiscal às famílias, beneficia as famílias mais numerosas, incentiva a reabilitação urbana e a boa utilização do parque habitacional do concelho e contribui para assegurar o desejável equilíbrio no orçamento de 2024. Como já aqui referi hoje, é elementar que todos, sem exceção, desejaríamos pagar menos impostos (sejam eles de âmbito municipal ou de âmbito estatal), mas bem sabemos que ao contrário dos impostos estatais, a receita proveniente dos impostos municipais é receita própria da autarquia, e por isso aplicada no nosso Concelho e não em qualquer outro Concelho do País. Sabemos que a contribuição que as famílias prestam anualmente para a Município tem o devido retorno nas várias funções que a autarquia desempenha e que acabámos de ver aqui na apreciação

h
t
a
r



do Orçamento para 2024 junto da comunidade e no território e que esse retorno varia, naturalmente, em função dessa mesma contribuição. Por isso, entendemos que esta proposta que reduz a taxa de IMI para os prédios urbanos é oportuna e responsável, pois, por uma lado, permite às famílias uma poupança fiscal numa conjuntura em que os orçamentos familiares estão mais pressionados e por outro lado não compromete o equilíbrio orçamental para que o Município possa continuar a assegurar importantes apoios às famílias, que vão desde a ação social junto das pessoas mais vulneráveis, aos apoios às inúmeras instituições do Concelho, do investimento a vários níveis na área da educação, saúde e cultura, à atribuição de bolsas a alunos do ensino superior, dos incentivos à natalidade até à intervenção social sénior e muitos outros que poderia aqui enunciar. Assim, pelos motivos que aqui referi, o voto do Grupo Municipal do PS será, obviamente, favorável." -----

Rui Morais começou por cumprimentar a todos os presentes. Seguidamente e sobre este ponto, que sob o seu ponto de vista, é tão importante para todos e que já foi bastante dissecado pelos colegas intervenientes, disse que em outubro do ano passado, nesta Assembleia Municipal, o Grupo Municipal da Coligação "É Hora de Mudar" PPD/PSD-CDS/PP apresentou cinco propostas no sentido de fixar os jovens na Lousã. Nessa intervenção, teve oportunidade de não só apresentar dados, como ainda, com a menção da JSD deixar ao **Senhor Presidente da Câmara** um documento que continha os dados referentes à sua intervenção. Citando: "um ano depois, sabe-se que houve uma descida no IMI, agora estamos em terceiro lugar, não dos mais baixos, mas dos mais altos, mantem-se quase a mesma coisa, e é aqui que eu fico surpreso. Afinal dividimos o segundo lugar com a Figueira da Foz, ainda compreendia, e eu, nesse sentido, ainda compreendia aonde é que nós íamos buscar a areia para atirar aos olhos daqueles que não perceberam que o valor mensal que estão a poupar, ou que se vai baixar, não chega para um café. A surpresa dura pouco quando percebo que estamos em dezembro, já



LM
AX
Q

*paira no ar os aromas do azevinho, da lenha, dos folares e até de eleições, em dezembro é novidade. Queria deste modo questionar o **Senhor Presidente** se considera suficiente esta medida. Porque eu considero que nem sequer é digno, aliás, o **Senhor Deputado Nelson Lopes** nessa referida assembleia em outubro de 2022, disse depois da minha intervenção que eu estava a pintar um quadro muito negro da Lousã. E, se eu em outubro de 2022, pintei um quadro negro da Lousã, porque considero um quadro realista e atual, leva-me a analisar que hoje, o quadro não é negro, nem é realista, é de sátira, é de falácia, é de engodo, típico e perfeito para quem lê títulos. Resta-me lamentar que aqui enquanto se enche a boca com a juventude, fecha-se os olhos à demagogia. Ambiciona-se então uma real Assembleia Municipal onde se escute, efetivamente, os desafios do município atrativo, não só, mas, também, para a juventude, não para títulos enganadores."* -----

Joel Fernandes interveio neste ponto para dar nota que o Grupo Municipal do PS ao longo dos vários mandatos sempre manteve a sua coerência, pelo que, sempre que foi proposto manter as taxas, foi entendido que assim seria desde que fosse para executar os fins a que se propõe. Frisou que sempre afirmaram que no dia em que fosse intenção baixar a carga fiscal, só concordariam se tivesse a garantia pelo Executivo Municipal de que as funções eram executadas em número e qualidade. Hoje, segundo afirmou, ficou comprovado pela Assembleia Municipal que se concretizará. Assim, o Grupo Municipal do PS encontra-se em condições de votar favoravelmente este ponto. Alertou o Presidente da Câmara que o Grupo Municipal do PS nunca concordará que se corte nos apoios sociais, no investimento, na educação, saúde, juventude, promoção do território e na cultura e desporto. Afirmou que, quando for para baixar a carga fiscal com esses pressupostos, o Grupo Municipal do PS não concordará. -----

Sérgio Pedroso usou da palavra neste ponto, com uma nota prévia afirmando que o seu Grupo Municipal informa a assembleia que tem presente que o IMI é

o imposto que mais financia a autarquia e que esta precisa e muito de financiamento. Aproveitou para informar que ainda não têm "a varinha mágica" que lhes pediu no ano passado. Citando: "Começo por apresentar aos membros desta Assembleia Municipal um cálculo sobre uma nota de cobrança do IMI do ano de 2022 em que um prédio avaliado fiscalmente em cerca de EUR: 76.357,89 € e à taxa de 0,40 % pagou em 2023 de IMI cerca de EUR: 305,43 €. Agora e com a incrível redução efetuada por V. Exas em cerca de 0,01 % à taxa dos 0,40 % o mesmo irá pagar em 2024 o valor de EUR: 297,80 €, ou seja, vai este contribuinte ver uma poupança no ano de EUR: 7,64 €! Se dividirmos pelos 12 meses do ano poupa 64 cêntimos por mês, não chega para um café **Senhor Presidente!** Costuma-se dizer "graças a Deus", mas, neste caso, é mesmo graças às Eleições que se irão realizar para o ano que não se concretizou o que o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais havia anunciado, ou seja, uma revisão do coeficiente de localização aos imóveis, senão os Lousanenses, em vez de verem a redução incrível proporcionada por V. Exas ao seu IMI, iriam sim ver um aumento deste. Sabemos que o município continua a aplicar o IMI FAMILIAR nas mesmas condições de anos anteriores, e nós continuamos a defender que deveriam ser atualizados os montantes nele praticados. Continuamos a verificar que do distrito somos o 3.º concelho de 17 a aplicar uma taxa maior 0,39 % para 2024 e só ultrapassados pela taxa aplicada pelo município da Figueira da Foz 0,4 % e Vila Nova de Poiares com o máximo de 0,45 %. Por estes motivos sim somos da opinião e iremos sempre defender uma maior redução desta taxa. Por estas razões o Grupo Municipal Coligação PPD/PSD – CDS/PP "É Hora de Mudar" irá votar contra esta proposta."-----

O Senhor Presidente da Câmara dirigindo-se ao **António José Gonçalves** disse ter compreendido da sua intervenção que teria havido uma alteração do coeficiente de localização, facto que não corresponde à verdade. O que se falou é na possibilidade ou perspetiva de, no próximo ano, vir a ser encetado

h
AA
g

esse trabalho pela Autoridade Tributária, não pelos municípios. A **Sérgio Pedroso**, informou que o IMI Familiar duplica o valor que a Câmara Municipal abdica em função dos valores inerentes à dedução do agregado familiar. Esclareceu ainda que houve um lapso dos serviços no que se refere ao IMI Familiar, mas que não afeta a deliberação da Assembleia Municipal. Mais informou que a referida retificação seria submetida à apreciação e votação da próxima reunião do Executivo Municipal. -----

Colocada à votação a proposta de fixação das taxas do imposto municipal sobre imóveis (IMI) para o ano de 2024, foi aprovada por maioria com 17 (dezassete) votos do PS e do BE e 8 (oito) votos contra da Coligação "É Hora de Mudar" PPD/PSD-CDS/PP." -----

PONTO OITO DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

8 – Apreciação e votação da proposta de aprovação da participação variável no IRS para o ano de 2024. (doc. nº 9 (nove)). -----

Inscrições: Luís Martins e Sérgio Pedroso. -----

Luís Martins interveio a dizer que atendendo a que se reconhece uma maior pressão nos orçamentos familiares, originando a subida da taxa de juro, e tendo em conta a necessidade de meios de apoio a situações de vulnerabilidade social, e que se todos reconhecerem que a maior fatia desta receita provém de rendimentos de agregados familiares mais desafogados, é este o cálculo do método do IRS, entendem que manter a taxa de participação de IRS em 4% e atendendo às circunstâncias socioeconómicas atuais em conjugação de obter receitas próprias em um orçamento equilibrado, para fazer face aos desafios sociais existentes, o Grupo Municipal do PS vai aprovar a proposta apresentada. -----

h
A
A



Sérgio Pedroso usou da palavra neste ponto para dizer o seguinte, citando: "mais uma vez, e porque se mantêm tudo inalterado nos últimos anos em relação a este assunto, iremo-nos repetir, portanto como já explicámos, importa aos Lousanenses saberem que se está a falar de uma participação variável no IRS entre 0,00% e 5,00% por parte do Município, ou seja, estamos a apreciar e a votar se o município quer ficar com parte de valor de uma possível dedução no IRS por parte do sujeito passivo ou não. Caso o Município aplique a taxa de 4% que é o caso, então o sujeito passivo tem 1% de dedução no IRS. Sendo que o IRS é um imposto progressivo e que muitos infelizmente nem sequer ganham para pagar ou serem reembolsados achamos este um assunto não tão importante quanto o do IMI ou mesmo da Derrama, mas entendemos que o município, e sempre cientes do que está em causa, poderia e deveria baixar um pouco mais esta participação, então se atendermos ao momento que estamos todos a viver com uma subida abrupta nas taxas de juro, da inflação e continuando a ser dos países Europeus onde mais se tributa, portanto o Grupo Municipal Coligação PPD/PSD – CDS/PP "É Hora de Mudar" irá votar contra esta proposta."-----

Colocada à votação a proposta de aprovação da participação variável no IRS para o ano de 2024, foi aprovada por maioria com 17 (dezassete) votos a favor do PS e BE e 8 (oito) votos contra da Coligação PPD/PSD – CDS/PP "É Hora de Mudar".-----

PONTO NOVE DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

9 – Apreciação e votação da proposta de aprovação do lançamento das taxas de derrama para o ano de 2024. (doc. nº 10 (dez)).-----

Inscrições: Sérgio Pedroso e Nelson Lopes. -----

Sérgio Pedroso interveio dizendo, citando: "Neste ponto, em primeiro lugar dar os parabéns a todas as empresas instaladas no concelho e desejar os maiores



h
A27
g

560

sucessos. Todos sabemos que têm sido anos atípicos, primeiro com a pandemia, depois e ainda com a guerra vivida na Ucrânia e mais recentemente o conflito Israel/Hamas, portanto, que o futuro se mostra incerto, instável e imprevisível, o que complica e muito a gestão das empresas, mas um dado certo que poderão contar já, é que o Município da Lousã não irá baixar a taxa de Derrama. Continuamos a afirmar o que ao longo dos anos temos vindo a defender, para fixar empresas e empresários na Lousã devemos ser mais atrativos. Neste momento o Município da Lousã aplica uma taxa de 1,30 % e apesar de não ser a taxa mais elevada, entendemos que o Município e mais uma vez cientes do que está em causa, deveria tentar baixar esta taxa para tentar atrair ainda mais empresas e com isto mais postos de trabalho e por conseguinte mais habitantes. Sabemos que o Município já isenta cerca de 195 sujeitos passivos contra os 193 do ano anterior (aqueles que apresentam um volume de negócios inferior a EUR: 150.000 €) mas também sabemos que tributa à taxa de 1,30 % cerca de 202, 196 em 2022. Portanto sabemos que neste momento existem cerca de 397 empresas em sede de IRC instaladas no concelho, mais 8 do que no ano anterior. Vimos, sabendo que já existe a isenção até aos EUR: 150.000 € de volume de negócios, perguntar ao executivo se não existe a possibilidade de por exemplo colocar em prática uma progressividade nesta taxa? Voltamos a perguntar ao **Senhor Presidente** e porque sabemos que existe já um Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento no Município, quantas empresas já se instalaram e aproveitaram destes incentivos através deste Regulamento? Por estes motivos somos da opinião de baixar esta taxa de derrama ou até se possível aplicar uma progressividade de taxa consoante o valor do volume de negócios. Por estas razões o Grupo Municipal Coligação PPD/PSD – CDS/PP “É Hora de Mudar” irá votar contra esta proposta.” Concluiu a sua intervenção formulando votos de Festas Felizes a todos os presentes e suas famílias.-----



Nelson Lopes tomou palavra neste ponto da Ordem de Trabalhos com um ponto prévio a fim de prestar uma clarificação relativa ao procedimento de atualização do coeficiente de localização. Foi dito que se houvesse uma alteração ou atualização aos coeficientes de localização, entendendo que todos têm a noção que são relativamente baixos, então já não haveria nenhuma redução em termos do valor a pagar por aquela família. Esclareceu que não funciona exatamente assim, mas, o coeficiente de localização não promove uma atualização automática do VPT, só quando há uma nova avaliação é que o VPT é alterado, podendo ser aumentado pelo valor da família. Daí ter referido que o quadro da Louçã, a este nível, não é tão negro como as pessoas "pintam" porque se tiverem a noção que um imóvel novo no centro da Louçã com cerca de 100 m² tiver um valor patrimonial cerca de sessenta e seis mil e quinhentos euros, todos entenderão que está abaixo do valor de mercado que atualmente é praticado. Sempre foi a isto que se quis referir, em relação ao coeficiente de localização desejou ter ajudado a clarificar porque não se trata de um procedimento automático que atualize o VPT. Em relação à Derrama, deu nota que, citando: *"Por lei, os Municípios podem lançar uma taxa de Derrama a incidir sobre o lucro tributável das empresas que não pode exceder a percentagem de 1,5%. A proposta que nos é aqui hoje apresentada consiste em manter a taxa praticada neste ano, ou seja, uma taxa de derrama de 1,3% sobre o lucro tributável (ou seja, não é aplicável a empresas que não apresentem lucro no exercício económico) e com a isenção total para empresas com um volume de negócios igual ou inferior a 150 mil euros, que abrange cerca de 50% das empresas instaladas no Concelho, conforme o meu colega Sérgio Pedroso já aqui referiu. Entendemos que é uma opção correta, de continuidade, ou seja, promove a estabilidade fiscal (que todos sabemos é tão importante para as empresas) e que tem em conta as características do nosso tecido empresarial, pois tem a preocupação de isentar, ou seja proteger, as empresas de menor dimensão, ou seja, aquelas*

que estão ou que se venham a instalar no Concelho e que apresentem um volume de negócios inferior ou igual a 150 mil euros. Tal como as receitas resultantes da taxa de IMI ou da participação variável no IRS, a derrama, também, constitui uma receita do Município que será aplicada neste Concelho e não em outro qualquer outro Concelho do País. E por isso, representa uma verba importante para que o Município continue a investir na melhoria de condições para a fixação e crescimento das empresas, como reparámos no Orçamento que há a intenção e está previsto a verba para a requalificação e ampliação da Zona Industrial do Alto Padrão, no fundamental apoio ao comércio local e na promoção e desenvolvimento do nosso território, política que tem trazido bons resultados para a nossa economia local, que se tem traduzido no crescimento do número de empresas instaladas na Lousã, bem como no crescimento que se tem verificado ao nível de número de empregos criados e no volume de negócios das empresas. De acordo com o que é do conhecimento público, o número de empresas instaladas na Lousã tem aumentado, no último ano o volume de negócios das 50 maiores empresas da Lousã cresceu cerca de 60 milhões de euros face ao exercício anterior e o número de pessoas empregadas nas empresas Lousanenses cresceu cerca de 12%. Também no anuário, que foi publicado por um órgão de comunicação social regional no passado dia 6 deste mês, verificamos que constam 56 empresas lousanenses no ranking das 1500 maiores empresas do distrito de Coimbra e que as mesmas foram responsáveis por um volume de negócios de 378 milhões, o que representa um crescimento de aproximadamente 30% em relação ao exercício anterior. Estamos a comparar o ano de 2022 com o ano de 2021, 2023 ainda não existem os números como é obvio. Estes são indicadores que demonstram bem a vitalidade do tecido empresarial da Lousã e confirmam que a estratégia seguida pelo Executivo de estímulo à competitividade e de apoio à economia local tem tido um resultado muito positivo, ao qual, certamente, também não

h
f
Ar



é alheio esta estabilidade fiscal que tem sido promovida neste domínio, pelo que a proposta de manter a taxa de derrama bem como os referidos benefícios fiscais às empresas de menor dimensão que de alguma forma também as protege, terá o voto favorável do Grupo Municipal do PS." -----

O Senhor Presidente da Câmara prescindiou de usar da palavra. -----

Colocada à votação a proposta de aprovação do lançamento das taxas de derrama para o ano de 2024, foi aprovada por maioria com 17 (dezasete) votos a favor do PS e do BE e 8 (oito) votos contra do PSD. -----

PONTO DEZ DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

10 – Apreciação e votação da proposta de aprovação da fixação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2024. (doc. nº 11 (onze)). ---

Inscrições: Não houve. -----

O Senhor Presidente da Câmara prescindiou da palavra. -----

Colocada à votação a proposta de aprovação da fixação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2024, foi aprovada por unanimidade quando estavam presentes na sala vinte e cinco membros da Assembleia Municipal. -----

A Senhora Presidente da Mesa colocou à aprovação da assembleia que todas as decisões sejam aprovadas em minuta, a fim de que as mesmas possam produzir efeitos imediatos, sendo aprovadas por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD e BE quando estavam presentes na sala a totalidade dos membros. -----



ls
A. J.

564

A Senhora Presidente da Mesa, antes de dar por encerrados os trabalhos, endereçou votos de Boas Festas a todos os presentes. -----

Nada mais havendo a tratar, **a Senhora Presidente da Mesa**, depois de terem assinado todos as folhas de presenças, declarou encerrada a reunião, eram vinte e uma horas e trinta e cinco minutos. -----

A Presidente da Mesa,

Ana Ferreira

O 1.º Secretário,

Orlando Ferreira

A 2ª Secretária,

Maria Aldina Martins